REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

# Orçamento Rectificativo Aprovado

# 2015

# Panorama Orçamental

# Livro 1

# Livro 1 - Panorama Orsamentál

## Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Rectificativo para 2015, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento do debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Rectificativo para 2015 consiste na Lei do Orçamento Rectificativo, publicada no *Jornal da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

| | |
|---|---|
| **Livro 1** | **: Panorama Orçamental** |
| Livro 2 | : Planos Anuais |
| Livro 3A | : Distritos |
| Livro 3B | : RAE & ZEESM Oe-Cusse Ambeno |
| Livros 4AB | : Rubricas Orçamentais |
| Livro 5 | : Parceiros de Desenvolvimento |
| Livro 6 | : Fundos Especiais |

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com a base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico syaquim@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9518.

Numa altura em que Timor-Leste diz *"seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação"*, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento Rectificativo para 2015.

**Santina J. R. F. Viegas Cardoso**
Ministra das Finanças

# Índice

**Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro** ..... **3**

**Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015** ..... **13**

**2.1 Sumário Executivo** ..... **13**

2.2.1 Economia Internacional ..... 16

2.2.2 Economia Doméstica ..... 17

**2.3 Despesas** ..... **21**

2.3.1 Alterações na Estrutura de Governo ..... 21

2.3.2 Despesas governamentais por Fundo ..... 26

**2.4 Receitas e Investimentos** ..... **33**

2.4.1 Receitas Domésticas ..... 33

2.4.2 Receitas Petrolíferas ..... 34

2.4.3 Fundo Petrolífero ..... 36

**2.5 Financiamento** ..... **40**

**Annex A: Instituições Afectadas** ..... **41**

**Parte 3: Lei do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015** ..... **47**

**Parte 4: Documentação Adicional de Apoio** ..... **70**

**4.1 Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero** ..... **70**

# Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas
Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores
Povo Timorense,

É com elevada honra que me dirijo, uma vez mais e num tão curto espaço de tempo, a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos Deputados do Parlamento Nacional, para apresentar a Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo para 2015.

O Orçamento Rectificativo para o ano de 2015 consubstancia a forma como este Governo pretende executar no curto prazo o Programa do Governo que, na passada semana, os senhores distintos Deputados tiveram oportunidade de apreciar, num debate construtivo e democrático.

O Programa do VI Governo é um programa de continuidade, não só porque pretende dar seguimento às políticas definidas no Governo anterior mas também porque emana do Plano Estratégico de Desenvolvimento, que define a nossa visão até 2030. Esta é uma visão de longo prazo porque aspiramos transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população próspera, instruída e saudável, pois sabemos que fortalecendo o Povo, fortalecemos a Nação.

Os Governos antecessores têm vindo a definir as prioridades para Timor-Leste e a implementar, com sucesso, muitas políticas e programas que colocam hoje o país numa situação de estabilidade social e política, onde se vive em ambiente de paz e segurança. É inegável que estes são factores cruciais para o crescimento e desenvolvimento da nação.

E porque os nossos governos têm vindo a trabalhar nessas e para essas prioridades, muitos

objectivos foram já alcançados. Todos podemos atestar as conquistas que, em tão poucos 13 anos como país independente, conseguimos alcançar.

Hoje temos uma população que vive de forma estável, tranquila e segura, e temos famílias com um maior poder de consumo, no que respeita a bens e serviços, com um aumento de cerca de 38% entre 2007 e 2012. O apoio concedido aos nossos heróis da libertação nacional e os apoios aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças, contribuíram para estes resultados e vão continuar a ser uma prioridade para o VI Governo.

Registámos também, nos últimos anos, o aumento de 66%, em 2007, para os 92% de crianças que, em 2013, frequentam a escola; a queda de mais de 50% da taxa de mortalidade infantil e mortalidade em crianças com menos de 5 anos, entre 2001 e 2009; e a diminuição de 46% para 38%, entre 2001 e 2013, da taxa de malnutrição infantil em crianças, com menos de 5 anos, que tinham peso abaixo do normal. Em 2014, a Organização Mundial de Saúde reconheceu o esforço de Timor-Leste na implementação do Programa Nacional de Controlo da Malária quando atingimos este Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, com uma incidência de malária de menos de 1 caso por cada 1000.

Estes são dados estatísticos que atestam a melhoria dos indicadores sociais do país. Orgulhemo-nos de os ter alcançado!

O VI Governo irá continuar a criar as condições básicas para melhorar a vida dos timorenses e para gerar outros tipos de riqueza, que não só as provenientes dos nossos recursos naturais. Por esta razão, **sabemos que precisamos de produzir mais mas precisamos de construir primeiro a capacidade de produzir**!

Os Fundos Especiais estabelecidos, como o das Infra-estruturas e do Desenvolvimento do Capital Humano, vieram contribuir para melhorar, quantitativamente e qualitativamente, infra-estruturas essenciais e recursos humanos que permitem iniciar o nosso objectivo de diversificação da economia.

No final de 2014, através do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, contávamos com mais de 2.800 bolsas de estudo atribuídas. Destas, cerca de 718 na área da educação e outras 1.600 na área da saúde, contribuindo assim para desenvolver estes sectores determinantes para a Nação. O plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, que inclui a construção de redes rodoviárias, será também fundamental para o incremento dos sectores produtivos do país.

No passado recente houve melhorias muito significativas no acesso à electricidade, sendo que se em 2007 apenas 22% das famílias tinha acesso à electricidade, em 2014 houve um aumento para 71%. O programa de electrificação do país, com a construção de duas novas centrais eléctricas, constitui o maior investimento do Estado até ao presente e visa providenciar a geração, transmissão e distribuição fiáveis de electricidade a todo o território, para benefício dos cidadãos e, também, para o desenvolvimento de empresas e indústrias. Está ainda em curso a construção de uma central eléctrica em Oe-cusse, infra- estrutura fundamental para esta região.

As taxas médias de crescimento económico de cerca de 12,5% ao ano, entre 2007 e 2011, e de cerca de 7% nos últimos três anos, não teriam sido possíveis sem as importantes reformas no âmbito da gestão das finanças públicas e do montante investido nos sectores de desenvolvimento do país. Entidades como a Câmara de Comércio e Indústria, a Agência Especializada de Investimento, o "Balcão Único – SERVE" e o Banco Comercial de Timor- Leste irão continuar a ser desenvolvidos de forma a apoiar o tecido empresarial, incluindo as pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais.

Excelência, Senhor Presidente
Excelências, Senhores Vice-Presidentes
Excelências, Senhores Deputados,

Reconhecemos, porém, que se muito foi feito, muito falta fazer. Temos, ainda, de percorrer muito caminho para conseguirmos que todas as nossas crianças frequentem a escola e que estejam bem nutridas. Para conseguirmos que todos os cidadãos tenham acesso a serviços e bens que lhes proporcionem uma vida digna. Muito caminho falta percorrer para alcançarmos as nossas aspirações a um crescimento diversificado, inclusivo e sustentável.

Para tal, é essencial o investimento em vários sectores de actividades. Investimento este que tem que ser ponderado, equilibrado e transversal! O VI Governo está verdadeiramente empenhado no crescimento e diversificação da nossa economia, tornando-a cada vez mais independente do Fundo Petrolífero.

E se já temos o roteiro para alcançar este objectivo, retratado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, que detalha os programas e as políticas necessárias para atingir a visão de desenvolvimento, cabe agora ao VI Governo acrescentar a esta herança uma nova dinâmica de actuação. O desafio que se apresenta ao VI Governo é, portanto, atingir uma maior eficiência na implementação do investimento e na execução de programas. Como? Alcançando mais resultados nos sectores produtivos e exigindo uma melhor prestação de serviços do sector público, e também privado, conduzindo uma despesa pública mais gerativa, mais coordenada e

mais transparente.

Senhoras e Senhores,

O Plano Estratégico reconhece que é necessário haver uma etapa inicial de desenvolvimento em que o sector público assume a dianteira. Nessa etapa a despesa pública aumenta, são construídas infra-estruturas essenciais e o sector público conduz o crescimento económico. Timor-Leste conseguiu este desenvolvimento conduzido pelo sector público entre 2008 e 2012, aumentando para mais do dobro o investimento público durante este período. Isto contribuiu para taxas de crescimento económico muito elevadas e concentradas na reforma da administração pública e no sector da construção civil.

No entanto, esta seria uma primeira etapa de desenvolvimento de forma a contribuir para a construção da capacidade de produzir. A longo prazo, o Governo não pode continuar a conduzir o crescimento através do aumento significativo da despesa pública, uma vez que isso poderá hipotecar o Fundo Petrolífero. Devemos, portanto, passar para uma segunda etapa conduzida pelo sector privado, onde os sectores da agricultura, do turismo e da indústria petroquímica crescem e dão lugar a uma economia produtiva onde as pessoas são mais capacitadas e trabalharão com afinco para produzir bens.

**Gostaria de destacar aqui que nos encontramos actualmente na transição para a segunda etapa de desenvolvimento**. Isto significa que as taxas de desenvolvimento do crescimento do PIB não-petrolífero irão descer, porém o crescimento económico será de melhor qualidade devido a quatro razões:

i) o crescimento económico será cada vez mais conduzido pelo sector privado e não apenas pelo investimento público, com investimentos produtivos que nos permitirão começar a produzir bens no país. O recente acordo assinado com a empresa Heineken, com um investimento de 40 milhões de dólares e a criação de 200 postos de trabalho directos e 800 indirectos, são um exemplo disto.

ii) a inflação continuará a ser baixa e terá níveis inferiores aos registados nos últimos anos, mantendo-se a previsão de não ultrapassar os 4% a 6%, o que pode representar um aumento do poder de compra dos cidadãos e contribuir para a redução da pobreza. Este é um benefício que se vai igualmente reflectir entre os investidores na medida em que conduzirá a uma redução dos custos das empresas, permitindo que Timor-Leste se torne mais competitivo a nível internacional e, consequentemente, possa aumentar as exportações e o investimento.

iii) o consumo médio das famílias continuará a crescer. Este consumo das famílias constitui

uma melhor forma de medir o nível de vida do que o PIB não-petrolífero.

iv) os frutos do crescimento económico serão partilhados de forma ampla entre todos os timorenses, não ficando apenas concentrado em Díli, e combatendo assim as desigualdades.

Por estas razões, embora o crescimento económico possa ser mais baixo, será mais sustentável e o nível de vida das pessoas melhorará de forma mais rápida. O Governo anterior, ao diminuir o orçamento de 2015 em 13% relativamente ao orçamento de 2012, reconheceu que Timor-Leste estava a caminhar para a segunda etapa de desenvolvimento, praticando assim uma política fiscal conservadora, cortando o volume do orçamento em vez de o aumentar.

O VI Governo está empenhado em continuar esta tendência. Como tal, **continuaremos a moderar o nível de despesa pública, apostando numa maior qualidade e sustentabilidade da economia**.

Excelência, Senhor Presidente
Excelências, Senhores Vice-Presidentes
Excelências, Senhores Deputados

**O Governo está, portanto, empenhado em tornar o investimento público mais eficiente**. Isto significa moderar a despesa pública a médio prazo, ao mesmo tempo que melhora a prestação de serviços. Os Distintos Deputados podem perguntar, e bem, de que forma nos propomos a consegui-lo. Pois bem:

O primeiro passo é o presente orçamento rectificativo, o qual aumenta a eficácia através da optimização da estrutura do Governo, com uma administração mais pequena, mais produtiva e eficiente, tornando-a mais capaz de desempenhar as suas funções e com uma gestão mais responsável dos dinheiros públicos. Esta optimização do Governo incluiigualmente uma maior coordenação entre ministérios, também no planeamento transversal e na formulação e implementação de políticas.

O segundo passo consiste numa revisão da despesa. Iremos rever cada item, linha e programa de despesa governamental, e cortaremos todas as despesas supérfluas. Uma revisão com estas características é uma tarefa considerável que requer análises detalhadas e que não pode ser apressada, pelo que será conduzida ao longo do ano e as suas recomendações utilizadas para informar o processo do OGE 2016.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

A Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo de 2015 que hoje apresento, mantém o total inalterado de **1.570,000 milhões de dólares**. Este investimento, será financiado pelas receitas domésticas, pelo Rendimento Sustentável Estimado e pelos levantamentos acima deste. Também o saldo de dinheiro e os empréstimos não sofreram alterações em relação ao orçamento de 2015.

O Orçamento Rectificativo para 2015 vai, portanto, responder sobretudo à nova estrutura governamental com uma administração mais focada na prestação de serviços e nos resultados, e às exigências de um Governo que intenta fazer mais e melhor, investindo o mesmo e evitando gastos supérfluos, para obter um crescimento económico com mais qualidade.

É sabido que para a implementação efectiva das políticas do Governo é essencial uma coordenação estreita entre ministérios. O estabelecimento de **três novos Ministros de Estado Coordenadores**para os sectores social económico e administrativo, e a **criação do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico**, são o primeiro passo efectivo rumo à eficácia e à responsabilização do Governo para implementar a estratégia de desenvolvimento com o máximo de rigor e exigência. Por outro lado, o **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros**, viu reforçadas as suas competências, sendo responsável pela coordenação da preparação e organização do trabalho governamental e a implementação de reformas, como é o caso do sector da justiça.

O presente Orçamento de Estado reduz assim consideravelmente a dimensão do Governo mas aumenta substancialmente a sua organização e eficácia. As nossas **reformas**incidem, por isso, em melhores métodos de implementação e execução e não tanto nos conteúdos programáticos, que são de continuidade com metas a longo prazo. Temos então:

- A melhoria da coordenação entre ministérios;

- O fortalecimento do planeamento a longo prazo e uma melhor relação de qualidade-custo nos investimentos em infra-estruturas e qualidade das obras;

- A redução da complexidade e da dimensão da administração pública, para que seja mais eficiente e sustentável. Isto inclui uma maior responsabilidade e responsabilização dos servidores públicos, também com a revisão profunda dasnecessidades, contratações e promoções da função pública;

- A harmonização das leis, para termos ordenamentos jurídicos instrumentais, ondeos timorenses se identifiquem, promovendo ao mesmo tempo o acesso à justiça e a certeza

jurídica aos potenciais investidores.

Ao **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros**que coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do Governo, caberá, também, coordenar a reforma do sector da justiça e a reforma da uniformização das leis, estando previsto um novo orçamento neste Ministério de **400 mil dólares**para este efeito. O orçamento atribuído à Presidência do Conselho de Ministros é agora de **137,7 milhões de dólares**. A maioria deste montante está, no entanto, afecto ao valor da transferência pública para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

O **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais**terá a seu cargo a responsabilidade de coordenar e implementar políticas sociais eficazes com vista a melhorar a prestação de serviços e o acesso a bens indispensáveis ao desenvolvimento humano. Isto exige, por exemplo, uma estreita colaboração com as linhas ministeriais da área da saúde, educação, formação profissional e solidariedade social. O orçamento para este Ministro de Estado é de **1,9 milhões de dólares**.

O sector económico é crucial ao desenvolvimento de Timor-Leste pelo que urge uma forte coordenação nesta área, delegada no **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos**. O orçamento para esta área é de **5,3 milhões de dólares**que serão utilizados para promover um forte impulso nos sectores agrícola, do turismo, comércio e indústria, a par do desenvolvimento do tecido empresarial.

Com um orçamento de cerca de **2 milhões de dólares**, o **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça**é responsável por uma governação mais sólida, democrática e eficaz, também dos recursos do Estado, através do fortalecimento das instituições estatais. O processo de descentralização administrativa e o projecto de criação de municípios, sob a coordenação deste Ministro, serão factores fundamentais para uma melhor e mais justa distribuição de recursos públicos, acesso a serviços nas áreas rurais e remotas e combate às desigualdades.

Os países com planos económicos a longo prazo detalhados e bem especificados desenvolvem-se mais rapidamente que os restantes países. O Governo irá desenvolver políticas mais detalhadas e integradas, custeando e definindo prioridades para todos os projectos físicos com uma melhor racionalização de recursos e assegurando que os projectos são implementados de forma mais célere e com uma melhor relação qualidade- custo. O novo **Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico**terá um orçamento de **76,5 milhões de dólares**para alcançar estes objectivos.

Neste sentido, irá ser possível gerir melhor o ciclo de investimento integrado, no qual os concebidos, aprovisionados, avaliados e fiscalizados. Isto irá permitir uma maior eficiência do investimento público neste sector que é a espinha dorsal do desenvolvimento. Também neste contexto, este Ministério irá proceder a avaliações e revisões profundas aos programas do PDID e do PNDS, para que haja uma melhor proporcionalidade entre os custos e os resultados, que devem ser mais satisfatórios e sustentáveis.

Finalmente, e porque considero que os sectores da Defesa e da Segurança são absolutamente fundamentais num Estado de Direito Democrático, não posso deixar de mencionar a criação do **Ministério do Interior e do Ministério da Defesa**, com uma melhor divisão de funções e responsabilidades que visam promover a nossa segurança interna e a protecção da nossa soberania.

A paz e a estabilidade serão sempre uma prioridade para o Governo. A provisão para as **operações de estabilidade nacional**serão suportadas com **2 milhões de dólares**, na categoria de dotações para todo o Governo, mantendo a visão de que sem paz e segurança, não podemos inspirar confiança aos investidores e nem sequer ao próprio povo timorense.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

Como já foi referido o orçamento rectificativo não altera o orçamento do Fundo Consolidado de Timor-Leste, comparativamente ao Orçamento de Estado original de 2015. Existem, no entanto, alterações entre categorias de dotação, uma vez que o montante poupado com a optimização do Governo será utilizado em novas medidas políticas importantes, que são sistematizadas da seguinte forma:

- Salários e Vencimentos, diminui 1,5 milhões de dólares para **177,5**milhões.
- Bens e Serviços, aumenta 0,7 milhões de dólares, passando para **515**milhões.
- Transferências Públicas, diminui 4 milhões de dólares, passando para **454,4**milhões.
- Capital Menor, aumenta 3,4 milhões de dólares, passando para **31**milhões.
- Capital de Desenvolvimento, aumenta 1,5 milhões de dólares, passando a **391**milhões.

Destas novas medidas, gostaria de destacar o aumento do orçamento previsto para a **Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e o projecto- piloto da Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro**, que contará com uma transferência adicional de 51,5 milhões de dólares, perfazendo agora um total de

**133,4 milhões** de dólares. Para este projecto de desenvolvimento integrado, liderado pelo Dr. Mari Alkatiri e em quem depositamos a nossa total confiança, é crucial financiar o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e outras condições que sejam um motor de arranque para o crescimento económico e social desta região. Ainda neste programa, estão incluídos **1,5 milhões para as celebrações dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor-Leste**. Estas celebrações irão contar com a presença de convidados internacionais, pretendendo também assim contribuir para a dinamização e crescimento desta região.

A cooperação para o desenvolvimento é uma forte componente da nossa política externa. A nossa História recorda-nos que sempre contámos com a amizade, ajuda e solidariedade de outros países. Timor-Leste pretende, também, participar no processo de desenvolvimento de outros povos irmãos, como a República da Guiné-Bissau. Com vista a continuar a reforçar o sector da defesa e segurança, crucial para a estabilização e desenvolvimento deste país, a **Agência de Cooperação de Timor-Leste**contará com **4,5 milhões de dólares**.s

O Governo irá ainda continuar o compromisso com a dignificação, homenagem e apoio aos **Combatentes da Libertação Nacional**. Neste orçamento rectificativo, consta também como medida nova uma provisão para os custos operacionais dos Conselhos de Veteranos, no valor de **250 mil dólares**, por forma a estabelecer um Conselho Nacional de Combatentes de Libertação Nacional. Foram ainda alocados cerca de **150 mil dólares**para financiar o programa de intercâmbio entre os Veteranos de Timor-Leste e da Austrália.

Finalmente, e no âmbito da **Boa Governação**e porque consideramos fundamental a já referida reforma da administração pública, está também previsto a alocação de **300 mil dólares**no Gabinete do Primeiro-Ministro para dar início ao processo de melhoria da eficácia e eficiência da Função Pública. Com **500 mil dólares**iremos também começar a desenvolver o nosso programa de "Governo Electrónico", procurando facilitar a participação mais activa e responsável de todos no processo de desenvolvimento e a prestação de serviços através da internet.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

No contexto que acabo de descrever, não podemos deixar de ambicionar encerrar o ano financeiro como uma execução orçamental elevada mas, mais importante que isso, de qualidade e que beneficie todos os timorenses. Superando assim, se possível, os 91.6% de execução orçamental, do anterior Governo, relativo ao OGE de 2014.

O VI Governo Constitucional está preparado para os desafios que o país enfrenta e implementar uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado, reduzindo desperdícios e aumentando resultados mensuráveis e de qualidade. Sobretudo num momento em que os preços de petróleo têm vindo a baixar, deixando economias como a nossa numa situação de vulnerabilidade, a diversificação económica deve começar a ganhar outra dinâmica através dum investimento inteligente nos sectores que constituem uma mais valia para Timor-Leste e com o aumento de receitas domésticas.

Só assim poderemos defender os interesses nacionais e honrar os nossos Combatentes da Libertação Nacional e todos aqueles que se sacrificaram, incluindo os nossos idosos, mulheres, jovens e crianças, para que o nosso Timor-Leste fosse um país livre e soberano.

Antes de terminar, não posso deixar de salientar o espírito de cooperação dos Distintos Deputados do Parlamento Nacional que, com a constituição da Comissão Eventual, operou com maior flexibilidade os trabalhos parlamentares de apreciação inicial da Proposta de Lei do Orçamento Rectificativo, por forma a dar mais celeridade aos trabalhos sem comprometer o rigor e a eficácia do processo de apreciação deste Orçamento.

Acreditamos que o debate de hoje será igualmente construtivo e democrático, pois confiamos que com o empenhamento de todos, sem excepção, podemos alcançar um desenvolvimento sustentado e equilibrado do nosso país. Este é o nosso compromisso para com o Povo de Timor-Leste, para com a nossa Nação!

Muito obrigado.

1 de Abril de 2015
Dr. Rui Maria de Araújo

# Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015

## 2.1 Sumário Executivo

O Governo está empenhado em suster um crescimento económico de alta qualidade, reduzir a pobreza e prestar serviços efectivos. O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 propõe uma nova estrutura optimizada de Governo a fim de concretizar estes objectivos. O orçamento faz igualmente a dotação de verbas para financiar esta nova estrutura.

O Governo optimizou a estrutura de Governo de modo a criar uma administração menor, mais eficiente e mais efectiva. Esta optimização da estrutura de Governo deve igualmente servir para melhorar a coordenação entre ministérios, bem como a formulação e implementação de políticas. Esta nova estrutura optimizada de Governo contém três elementos principais:

- **Melhoria da formulação e implementação de políticas em todo o Governo**, por via do estabelecimento de três novos Ministros de Estado para coordenar os assuntos sociais, os assuntos económicos e as questões administrativas;
- **Fortalecimento do planeamento a longo prazo**, através do estabelecimento de um novo Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento;
- **Redução do desperdício e aumento da eficiência administrativa**, por via da redução do número total de membros do executivo de 55 para 38.

A secção deste livro do orçamento rectificativo sobre despesas contém detalhes sobre as funções e finanças de todos os novos ministérios. Apresenta também uma lista completa de todos os gabinetes, posições e ministérios que foram encerrados e/ou combinados com outros. As funções essenciais destas posições e órgãos de Governo foram redistribuídas para outros ministérios e secretarias de estado. O Governo identificou igualmente funções desempenhadas por estes gabinetes que não eram essenciais para a prestação de serviços, para o funcionamento da economia ou para a administração do estado.O Governo deixou de financiar estas funções não-essenciais, de modo a garantir uma boa relação qualidade-custo e a controlar os custos administrativos. Estas poupanças serão utilizadas para financiar novas medidas (delineadas na secção deste livro orçamental sobre despesas).

A tabela 2.1.1 mostra uma tabela fiscal padrão para o Orçamento Rectificativo de 2015. Este orçamento rectificativo não propõe quaisquer alterações ao nível global de despesas ou de financiamento. Mais especificamente, o presente orçamento rectificativo não altera as

estimativas de receitas domésticas, rendimento sustentável estimado (RSE), levantamentos excessivos, uso de saldos de dinheiro e empréstimos.

Uma vez que este Orçamento Rectificativo de 2015 não altera o montante global das despesas ou a forma como estas são financiadas, o Governo considera que o presente orçamento rectificativo não afecta de forma significativa a sustentabilidade fiscal, o crescimento económico ou a inflação no curto a médio prazo. Deste modo, a análise detalhada destes factores feita no Livro 1 do Orçamento de Estado para 2015 continua a ser relevante. Esta análise mostra que as políticas governamentais são consistentes com uma movimentação rumo a uma baixa inflação e a um crescimento económico de qualidade elevada conduzido pelo sector privado. Para além, a optimização do Governo pode melhorar ainda mais a prestação de serviços e o crescimento económico a longo prazo.

O Orçamento de Estado 2015 prevê que as receitas petrolíferas provenientes de Bayu-Undan e Kitan desçam de 1,4 mil milhões de dólares em 2014 para 1,7 mil milhões de dólares em 2015. No entanto, a receita actual de petróleo para 2014 foi de 1,8 biliões em 2014, 6,6% mais alta do que o estimado no Orçamento de Estado 2015. O Rendimendo Sustentável Estimado (RSE) só é actualizado uma vez por ano de acordo com a disponibilização de dados sobre produção, custo e projeções de preço do petróleo a longo prazo. Nesse sentido, a nova informação obtida sobre um maior rendimento petrolífero actual será tomada em conta quando se calcule o RSE para o ano Orçamento de Estado de 2016. O RSE presente no Orçamento de Estado de 2015 não reflecte a caída significativa dos preços do petróleo desde Junho de 2014 que poderiam induzir uma queda nas receitas petrolíferas totais de 40 por cento em relação ao estimado no Orçamento de Estado.

Concluindo, o presente orçamento rectificativo financia uma nova estrutura optimizada de Governo, sem com isso aumentar o nível global das despesas.

***Tabela 2.1.1Tabela Fiscal (milhões de dólares)***

| | Orçamento para 2014 | Original incluindo transporte | Alteração em 2015 devido à Rectificação | Orçamento final para 2015 |
|---|---|---|---|---|
| **Total das Despesas** | **1.500,0** | **1.570,0** | **(0,0)** | **1.570,0** |
| ***Recorrentes*** | ***992,5*** | ***1.102,1*** | ***45,7*** | ***1.147,8*** |
| Salários e Vencimentos | 176,8 | 179,0 | (1,5) | 177,5 |
| Bens e Serviços (incluindo FDCH) | 480,3 | 516,3 | (0,5) | 515,8 |
| Transferências Públicas | 335,5 | 406,8 | 47,7 | 454,5 |
| ***Capital*** | ***507,5*** | ***467,9*** | ***(45,7)*** | ***422,2*** |
| Capital Menor | 52,1 | 26,4 | 4,6 | 31,0 |
| Capital de Desenvolvimento (incluindo FI) | 455,4 | 441,5 | (50,2) | 391,3 |
| **Receitas Domésticas** | **166,1** | **170,4** | **-** | **170,4** |
| **Défice Fiscal Não-Petrolífero** | **1.333,9** | **1.399,6** | **(0,0)** | **1.399,6** |
| **Financiamento** | **1.334,0** | **1.399,6** | **-** | **1.399,6** |
| Rendimento Sustentável Estimado (RSE) | 632,3 | 638,5 | - | 638,5 |
| Levantamentos Excessivos a partir do FP | 270,6 | 689,0 | - | 689,0 |
| Saldo de Dinheiro | 400,0 | 2,1 | - | 2,1 |
| Empréstimos | 31,1 | 70,0 | - | 70,0 |

*Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015*

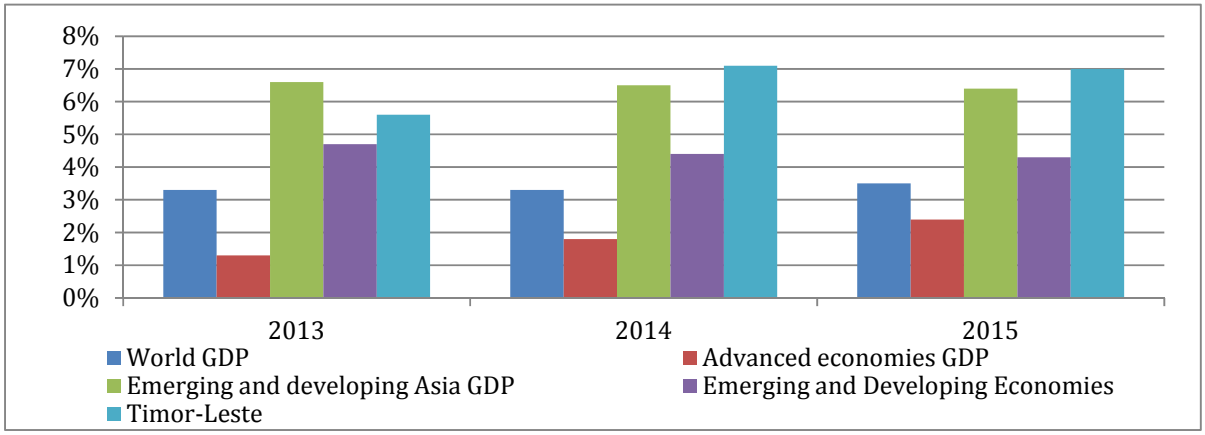
# 2.2 Panorama Económico

## 2.2.1 Economia Internacional

### 2.2.1.1 Tendências no Crescimento Internacional

Continuando a tendência recente, a taxa global de crescimento económico de 3,3%[1] em 2014 foi impulsionada pelo crescimento em economias emergentes e em vias de desenvolvimento (4,4%). Apesar de uma retoma comparativamente a 2013, o crescimento nas economias avançadas continuou lento em 2014, situando-se nos 1,8%. O FMI prevê que a taxa global de crescimento anual irá aumentar para os 3,5% em 2015 e 3,7% em 2016. A Ásia emergente e em vias de desenvolvimento é uma das áreas de maior crescimento no mundo inteiro (ver figura 2.3.1.1.1), sendo que Timor-Leste está a ter um desempenho especialmente forte dentro deste grupo de economias.

***Figura 2.2.1.1.1 Crescimento Económico Real entre 2013 e 2015 (%)***




*Fonte: FMI, PEM Janeiro de 2014*

### 2.2.1.2 Tendências nos Preços Internacionais

As alterações nos preços internacionais das matérias-primas agrícolas podem ter um efeito considerável na taxa de inflação e no nível de vida em Timor-Leste, dado que uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada. A queda gradual no Índice dos Preços dos Alimentos da FAO desde Março de 2014 (ver Figura 2.3.1.2.1) ajudará a reduzir a inflação e a melhorar os níveis de vida.

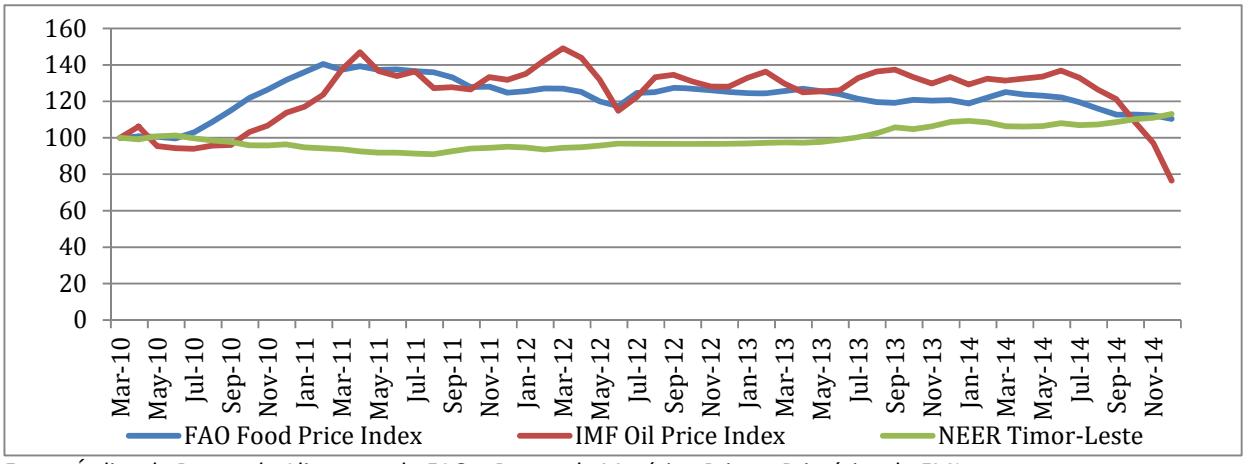
Os preços do petróleo, que têm um efeito significativo nas receitas petrolíferas e no custo dos bens, caíram consideravelmente em 2014. Esta queda ficou a dever-se em grande parte ao

[1] FMI PEM Actualização Janeiro de 2015

excedente resultante da decisão da Arábia Saudita em manter uma produção elevada apesar do aumento da oferta a nível global.

A taxa de câmbio efectiva nominal (valor ponderado da moeda de um país relativamente às moedas dos seus parceiros comerciais) mostra que no geral o dólar americano valorizou-se comparativamente às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. Os consumidores por todo o país beneficiarão desta valorização através de taxas de inflação mais baixas, as quais estão associadas a importações mais baratas.

***Figura 2.2.1.2.1 Índices de Alimentos, Petróleo e Taxa de Câmbio entre Janeiro de 2010 e Julho de 2014***




*Fonte: Índice de Preços de Alimentos da FAO e Preços de Matérias-Primas Primárias do FMI*

## 2.2.2 Economia Doméstica

### 2.2.2.1 Crescimento Económico

Em 2012 o PIB total em Timor-Leste aumentou 5,6%, chegando aos 4.889,6 milhões de dólares (a preços constantes de 2010). O sector petrolífero, que cresceu 4,9% em 2012, continua a ser o sector dominante na economia timorense, representando 76,4% do PIB total, ainda que nos últimos anos o domínio do sector petrolífero tenha vindo a diminuir.

Em Timor-Leste, o PIB total não é uma forma muito eficaz de medir o bem-estar económico, uma vez que é muito sensível a alterações a curto prazo nos preços do petróleo e na produção petrolífera. Para além disso, há poucos timorenses a trabalhar na indústria petrolífera, pelo que o PIB total não reflecte de forma adequada mudanças no nível de vida da população em geral. Por estas razões, o Governo incide no PIB não-petrolífero, o qual espelha melhor o nível de vida em Timor-Leste do que o PIB total.

***Tabela 2.2.2.1.1 Resultados Reais entre 2007 e 2012* (milhões de dólares)***

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total do PIB (milhões de dólares) | 4.090,0 | 4.582,9 | 4.275,3 | 4.215,5 | 4.630,6 | 4.889,6 |
| Taxa Total de Crescimento do PIB (%) | -0,6% | 12,1% | -6,7% | -1,4% | 9,8% | 5,6% |
| | | | | | | |
| Sector Petrolífero (milhões de dólares) | 3.428,3 | 3.826,6 | 3.421,7 | 3.281,3 | 3.559,4 | 3.734,5 |
| Taxa de Crescimento do Sector Petrolífero (%) | -2,7% | 11,6% | -10,6% | -4,1% | 8,5% | 4,9% |
| Sector Não-Petrolífero (milhões de dólares) | 661,7 | 756,2 | 853,6 | 934,3 | 1.071,2 | 1.155,1 |
| Taxa de Crescimento do Sector Não-Petrolífero (%) | 11,4% | 14,3% | 12,9% | 9,5% | 14,7% | 7,8% |

*Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2012, Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015*

*As Contas Nacionais de Timor-Leste em 2013 irão conter valores revistos

O período entre 2007 e 2012 registou um crescimento excepcionalmente elevado do PIB não-petrolífero. Mais concretamente, ao longo destes seis anos houve dois períodos de crescimento distintos. O primeiro período, entre 2007 e 2011, registou um crescimento elevado impulsionado por aumentos acentuados na despesa do Governo, em resultado do aumento da antecipação de despesas. Já em 2012, e apesar do PIB não-petrolífero ter sido ligeiramente inferior (7,8%), crescimento económico em Timor-Leste foi menos dependente da despesa.A redução em crescimento da despesa pública registada em 2012, atribuída parcialmente a melhorias no processo de gestão de investimentos, foi em grande medida responsável pelo crescimento abaixo da tendência registado em 2012. Tanto o investimento privado como o consumo das famílias registaram um crescimento forte ao longo de todo o período entre 2007 e 2012.

O crescimento registado nos principais sectores da economia timorense variou de forma significativa durante o período entre 2007 e 2012. Tanto o sector da construção civil como a administração pública cresceram consideravelmenteentre 2007 e 2012 devido a aumentos nadespesa pública. Todavia o abrandamento no crescimento da despesa resultou em crescimentos abaixo da tendência em ambos os sectores em 2012. A produção no sector agrícola, que registou um forte crescimento em 2012, oscilou significativamente durante o período entre 2007 e 2012, sendo que os resultados continuam fortemente dependentes das condições climáticas. Por fim, o sector do comércio grossista e retalhista em Timor-Leste, o quarto sector não-petrolífero do país, cresceu de forma gradual, atingindo um valor médio de 7,7% ao ano.

*Tabela 2.2.2.1.2 Crescimento Real do Sector Não-Petrolífero entre 2006 e 2012 (%)*

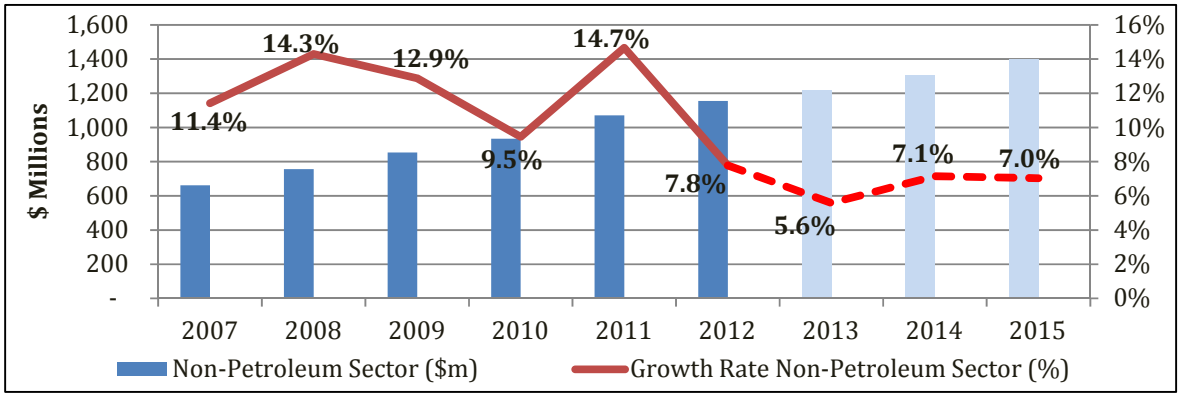
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PIB Não-Petrolífero** | **(5,7)%** | **11,4%** | **14,3%** | **12,9%** | **9,5%** | **14,7%** | **7,8%** |
| Agricultura, Florestas e Pescas | 5,2% | (3,3)% | 0,3% | 8,1% | (2,9)% | (17,9)% | 14,6% |
| Construção Civil | (44,6)% | 94,3% | 139,8% | 50,0% | 6,9% | 52,7% | (6,6)% |
| Comércio Grossista e Retalhista | (3,2)% | 8,6% | 13,1% | 8,5% | 4,4% | 4,2% | 7,3% |
| Administração Pública | 10,5% | 13,1% | 5,7% | 31,7% | 13,1% | 19,1% | 11,0% |

*Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2012, Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015*

O MF prevê um crescimento do PIB não-petrolífero entre 5,6% e 7,1% ao longo do período de 2013 a 2015 (ver figura 2.3.2.1.). Embora esteja abaixo do percurso de crescimento registado entre 2007 e 2011, estas taxas de crescimento económico continuam a ser elevadas segundo os padrões internacionais.

A projecção para 2013, abaixo da tendência, é resultado da baixa execução das despesas de capital do Governo. Contudo as altas taxas de crescimento no investimento do sector privado e no consumo das famílias ajudaram a minimizar o impacto negativo da redução nas despesas de capital. Prevê-se que o crescimento do PIB não-petrolífero seja de 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. A projecção para 2014 resulta sobretudo de aumentos no consumo das famílias e de despesas recorrentes do Governo, enquanto a projecção para 2015 resulta de aumentos no consumo das famílias e de um crescimento sem precedentes no investimento por parte do sector privado.

**Figura 2.2.2.1.3: PIB Real Não-Petrolífero, Valores Concretos entre 2007 e 2012 e Estimativa para 2013 a 2015**

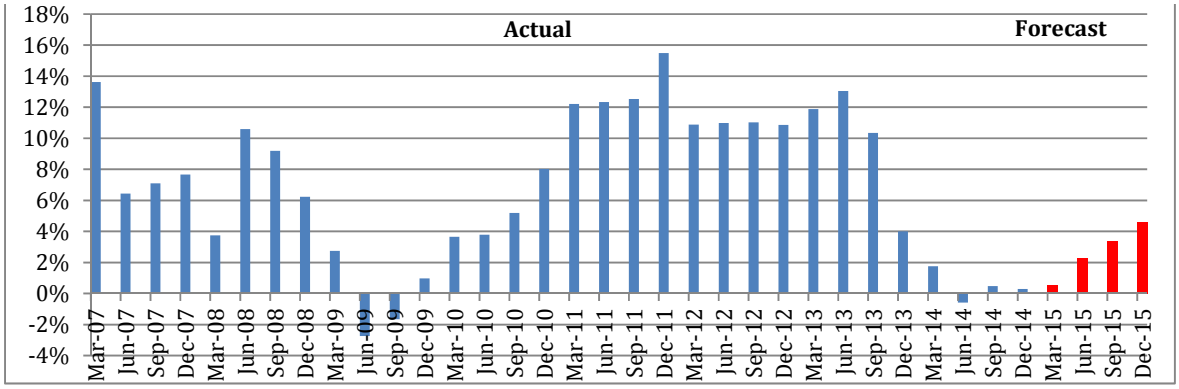



*Fonte: DNPE e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015*

### 2.2.2.2: Inflação

A inflação homóloga em Timor-Leste em Dezembro de 2014 foi de 0,3%. Tal como se pode ver na figura 2.3.2.2.1, a inflação homóloga recente tem vindo a oscilar de forma significativa, atingindo os dois dígitos entre Março de 2011 e Setembro de 2013, antes de descer rapidamente abaixo dos valores alvo. As tendências da inflação ao longo deste período podem ser atribuídas a três causas principais: mudanças nos preços internacionais das matérias-primas, movimentos de taxas de câmbio internacionais e aumentos nas despesas governamentais.

***Figura 2.2.2.2.1: Inflação Homóloga em Timor-Leste entre 2007 e 2015 (%)***




*Fonte: DNPE e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015*

Prevê-se que a inflação aumente em 2015 e que termine o ano entre os 4% e os 6%, o que corresponde ao alvo estabelecido pelo Governo. A pressão ascendente em 2015 resulta em parte da melhoria da execução nas despesas governamentais, ao passo que a pressão descendente virá da recente quebra nos preços internacionais do petróleo.

### 2.2.2.3: Crescimento com Maior Qualidade

Embora a previsão do crescimento do PIB não-petrolífero para 2013 a 2015 esteja abaixo da tendência de crescimento entre 2007 e 2011, estima-se que o crescimento terá uma qualidade melhor por quatro razões:

- Timor-Leste começou a transição a partir de um crescimento impulsionado por despesas públicas a curto prazo para um crescimento mais sustentável a longo prazo e dirigido pelo sector privado.
- O investimento privado terá um papel cada vez mais importante na condução do crescimento do PIB não-petrolífero ao longo deste período.
- A inflação neste período é inferior à registada durante o período entre 2007 e 2012.
- Estima-se que continuará a haver um forte crescimento do consumo por parte das famílias, o que ajudará a melhorar os níveis de vida.

# 2.3 Despesas

## 2.3.1Alterações na Estrutura de Governo

O Governo está empenhado em atingir os objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento e em prestar ao povo de Timor-Leste serviços de qualidade elevada e com um custo eficaz. Para atingir estes objectivos, o presente Orçamento de Estado Rectificativo para 2015 optimiza a estrutura do Governo a fim de criar uma administração que seja orientada para os resultados e eficaz em termos de custos.

Esta optimização do Governo envolve três grandes reformas, nomeadamente:

- melhoria da coordenação entre ministérios;
- fortalecimento do planeamento a longo prazoe da eficiência dos gastos em infrastructura;
- redução da complexidade e da dimensão da administração.

As secções seguintes discutem cada uma destas reformas.

O Governo criou igualmente novos ministérios da Defesa e do Interior. O novo Ministério do Interior será responsável pelo policiamento interno e segurança, incluindo a PNTL. O novo Ministério da Defesa será responsável pelas forças armadas e pela protecção da soberania de Timor-Leste, incluindo as F-FDTL e o Instituto de Defesa Nacional. Esta nova divisão de responsabilidades é lógico, dado que numa democracia o policiamento interno ocorre com o consentimento da comunidade e requere um conhecimento detalhado das leis nacionais.

### 2.3.1.1 Melhoria da coordenação entre ministérios

A experiência internacional mostra que a implementação de políticas governamentais efectivas exige uma coordenação estreita entre os ministérios. Deste modo, o Governo criou três novas posições e cargos ministeriais para melhorar a coordenação através de sectores amplos melhorar a implementação de políticas públicas. Estas novas posições são as seguintes:

- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociais.** Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade Social, Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Comissão dos Direitos das Crianças e Veteranos.
- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos.** Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério do Comércio e da Indústria, Ministério do Turismo, Ministério das Obras Públicas,

Transportes e Comunicações, Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego, Pecuária e Pescas, Sector Cooperativo, Instituto de Apoio ao Desenvolvimento de Empresas, TradeInvest, BNCTL e Centro de Bambu.

- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Administrativos.**Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Justiça, Ministério da Administração Estatal, Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional, Administração da Descentralização, Inspecção-Geral do Estado.

**O Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociaisterá responsabilidades amplas relativamente à coordenação de políticas sociais.** Isto deverá melhorar a prestação de serviços a longo prazo, uma vez que a implementação de políticas sociais efectivas requer frequentemente uma coordenação estreita entre diversos ministérios. Uma política eficaz para reduzir a mortalidade infantil, por exemplo, exige que o Ministério da Saúde garanta a presença de profissionais de saúde aquando dos partos, bem como que as mães sejam instruídas, entendam as diferentes intervenções a nível de saúde e tenham confiança para procurar cuidados de saúde. Isto significa que o Ministério da Educação tem igualmente um papel importante a desempenhar nesta área.

**O Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos terá um mandato amplo com vista à melhorar da produção agrícola e industrial.** O aumento da produção e da produtividade agrícola é fundamental, uma vez que a subsistência e o bem-estar de grande parte da população timorense dependem do sector agrícola. A melhoria da produção agrícola requer uma forte coordenação entre os diferentes ministérios.Os agricultores, por exemplo, dependem das estradas para fazer os seus produtos chegar aos mercados e para receberem meios tais como fertilizantes. O desenvolvimento da indústria, por sua vez, exige que a TradeInvest promova Timor-Leste de forma activa no estrangeiro, mas também exige que os trabalhadores recebam formação adequada organizada pela Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego. É importante que as políticas destes ministérios sejam estreitamente coordenadas, de modo a que as opiniões da TradeInvest sobre o tipo de qualificações vocacionais procuradas pelos investidores estrangeiros tenha reflexo nos cursos organizados pela Secretaria de Estado da Formação Vocacional.

**O Ministro de Estado para a Coordenação das Questões Administrativas será responsável por garantir uma governação sólida e efectiva.** Isto passa, por exemplo, por assegurar que os programas de descentralização continuam a funcionar de forma eficaz, bem como por continuar a fortalecer as instituições estatais.

No cômputo geral, a criação destes três novos Ministros de Estado deverá melhorar consideravelmente a coordenação e a implementação de políticas governamentais. A tabela 2.3.1.1.1 mostra o orçamento para os gabinetes destes três novos Ministros de Estado:

***Tabela 2.3.1.1.1 Orçamento para os três novos Ministros de Estado Incluindo instituições sob tutela dos Ministros Coordenadores (milhares de dólares)***

| Ministros de Estado | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências Públicas | Capital Menor | Capital de Desenvol-vimento | Total do Orçamento |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociais | 208,0 | 989,0 | 700,0 | 45,0 | - | **1.942,0** |
| Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos | 601,0 | 2.967,0 | 1.513,0 | 175,0 | - | **5.256,0** |
| Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Administrativos | 461,0 | 1.402,0 | - | 94,0 | - | **1.957,0** |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015*

### 2.3.1.2 Fortalecimento e melhoria do planeamento integrado a longo prazo e da eficiência dos gastos do Fundo de Infrastructura

Os países com planos económicos integrados a longo prazo detalhados e bem especificados tendem a crescer de forma mais rápida e mais sustentável do que os outros países. O Governo já deu passos importantes nesta área ao redigir o PED, que é um plano bem delineado e realista para permitir a Timor-Leste transformar-se num país com rendimento médio-alto e com uma população segura, instruída e saudável em 2030.

O Governo reconhece igualmente que é necessário mais trabalho para concretizar o PED, nomeadamente:

- desenvolverpolíticas integradas mais detalhadas em algumas áreas;
- custear novas políticas e priorizar entre diferentes projectos, dados os condicionalismos financeiros; e
- mais importante ainda, assegurar que os projectos são implementados de uma forma atempada e eficaz em termos de custos.

Para concretizar estes objectivos o presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 financia um novo Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento. A tabela 2.3.1.2.1 apresenta o orçamento para este novo ministério:

***Tabela 2.3.1.2.1 Orçamento para o Ministério de Planeamento Estratégico e Investimentoincluindo instituições sob tutela do Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento (milhares de dólares)***

| Ministério | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências Públicas | Capital Menor | Capital e Desenvol-vimento | Total do Orçamento |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento | 1.669,0 | 10.131,0 | 27.000,0 | 4.875,0 | 32.844,0 | 76.519,0 |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015*

O ciclo de gestão de investimentos é o processo através do qual os projectos são propostos, analisados, orçamentados, concebidos, aprovisionados,certificados e avaliados. O funcionamento do ciclo de gestão de investimentos é um factor determinante na eficácia dos gastos de infrastructura. Ciclo de gestão de investimento ineficaz resulta em má qualidade da despesa pública em infraestructura. Ao invés, o bom funcionamento de gestão de ciclos de investimento, os projectos resultantes geralmente são de alta qualidade e económicamente vantajosos, pelo que estimulam o crescimento económico. O Ministério de Planeamento Estratégico contém muitas das instituições responsáveis pela avaliação de projectos, aprovisionamento e certificação; o facto de todas estas instituições estarem dentro do mesmo ministério resultará seguramente num aumento de coordenação na gestão do ciclo de investimento. Em particular, o Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento inlcui:

- A Agência para Planeamento e Investimento Estratégico, responsável por planeamento a longo-prazo
- A Unidade de Grandes Projectos, responsável pela avaliação de projectos propostos pelos ministérios de execução para inclusão no Fundo de Infrastructuras.
- A Comissão Nacional de Aprovisionamento, responsável por operacionalizar o processo de aprovisiosamento dos projectos do Fundo de Infrastructuras
- A Agência Nacional de Desevolvimento, responsável por certificar que os projectos do Fundo de Infraestructuras são executados na sua totalidade por contratantes

Como resultado, a criação do Ministério de Planeamento Estratégico e Investmento deverá resultar em planeamento integrado enuma maior eficácia da despesa pública em infrastructura através de um aumento em coordenação na gestão do ciclo de investimento.

### 2.3.1.3 Redução da complexidade e da dimensão da administração

O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 vem reduzir consideravelmente a dimensão do Governo, com o intuito de aumentar a eficiência na prestação de serviços. Especificamente, o número total de membros do executivo é reduzido de 55 para 38, com as posições seguintes a deixarem de ser financiadas ou a serem inlcuidas noutros ministérios ou secretarias de estado:

- Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado
- Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança
- Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa
- Gabinete da Secretaria de Estado para os Assuntos da ASEAN
- Gabinete do Ministro-Adjunto da Justiça
- Gabinete da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional
- Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Social
- Gabinete do Ministro-Adjunto do Ensino Secundário
- Gabinete do Ministro-Adjunto de Ética e Serviços para o Ministério da Saúde
- Gabinete da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Local, Ministério de Administração Estatal
- Gabinete da Secretaria de Estado de Água, Saneamento e Urbanização
- Gabinete da Secretaria de Estado das Obras Públicas
- Gabinete da Secretaria de Estado de Electricidade
- Gabinete do Ministro do Ministério dos Transportes e Comunicações
- Gabinete do Ministro-Adjunto dos Transportes e Comunicações
- Direcção-Geral dos Serviços Corporativosdo Ministério dos Transportes e Comunicações
- Gabinete da Secretaria de Estado das Florestas e da Conservação da Natureza
- Gabinete da Secretaria de Estado das Pescas
- Gabinete da Secretaria de Estado da Pecuária
- Gabinete da Secretaria de Estado do Comércio
- Gabinete da Secretaria de Estado de Indústrias e Cooperativas
- Gabinete da Secretaria de Estado do Ambiente

- Gabinete do Ministrodo Ministério de Defesa e Segurança
- Agência para Planeamento e Investimento Estratégico

O Anexo A contem uma lista completa de todas as instituições afectadas assim como as realocações orcamentais. Anexo B contém informação pertinente à Comissão Eventual, assim como uma descrição mais detalhada ao nível da Divisão do orçamento realocado.

O Governo decidiu colocar o PNDS sob a tutela do Ministério de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento com vista a contribuir a uma maior integraão do planeamento e um aumento na coordenação dos gastos em infraestructura. Esta mudança melhorará o planeamento e selecção de projectos de forma a assegurar uma maior qualidade dos mesmos.

Esta redução no número de posições proporcionou algumas poupanças (utilizadas para financiar novas medidas) e deverá aumentar a eficiência.

## 2.3.2 Despesas governamentais por Fundo

A tabela 2.3.2.1 mostra o orçamento por fundo. Tal como se pode constatar, o orçamento rectificativo não altera os valor do orçamento total em relação ao Orçamento Geral de Estado 2015 original. No entanto, ocorre uma transferência de orçamento previamente destinado ao Fundo de Infrastructuras que se transfere para o Fundo Consolidado de Timor Leste, enquanto o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano se mantém inalterado.

***Tabela 2.3.2.1 Total das despesas por fundo (milhões de dólares)***

| | **Orçamento para 2014** | **Orçamento incluindo transporte** | **Alterações em 2015 devido à rectificação** | **Orçamento final para 2015** |
|---|---|---|---|---|
| **Orçamento de Fontes Combinadas** | **1.684,9** | **1.735,5** | **0,0** | **1.735,5** |
| ***Despesas governamentais por Fundo*** | ***1.500,0*** | ***1.570,0*** | ***0,0*** | ***1.570,0*** |
| CFTL | 1.091,4 | 1.161,6 | 50,0 | 1.211,6 |
| FDCH | 40,0 | 41,1 | - | 41,1 |
| Fundo de Infra-estruturas (incluindo empréstimos) | 368,6 | 367,3 | (50,0) | 317,3 |
| ***Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento*** | ***184,9*** | ***165,5*** | ***-*** | ***165,5*** |

*Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2015*

### 2.3.2.1 Despesas do CFTL

A tabela 2.3.2.1.1 mostra as despesas por categoria de dotação no Fundo Consolidado. O Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 resulta em algumas alterações entre categorias de dotação, uma vez que o dinheiro poupado com a optimização do Governo foi distribuído para algumas novas medidas políticas importantes. A tabela 2.3.2.1.2 contém todas estas novas medidas políticas.

***Tabela 2.3.2.1.1 Despesas do CFTLpor categoria de dotação (milhões de dólares)***

| | Orçamento para 2014 | Orçamento original para 2015 depois das redistribuições | Alterações em 2015 devido à rectificação | Orçamento final para 2015 |
|---|---|---|---|---|
| **Total das despesas do CFTL** | **1.091,4** | **1.161,6** | **50,0** | **1.211,6** |
| **Recorrentes** | ***952,5*** | ***1.061,0*** | ***45,7*** | ***1.106,7*** |
| Salários e Vencimentos | 176,8 | 179,0 | (1,5) | 177,5 |
| Bens e Serviços | 440,3 | 475,2 | (0,5) | 474,7 |
| Transferências Públicas | 335,5 | 406,8 | 47,7 | 454,5 |
| **Capital** | ***138,9*** | ***100,6*** | ***4,3*** | ***104,9*** |
| Capital Menor | 52,1 | 26,4 | 4,6 | 31,0 |
| Capital de Desenvolvimento | 86,8 | 74,2 | (0,2) | 74,0 |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015*

***Tabela 2.3.2.1.2 Novas medidas (milhares de dólares)***

| Medidas Novas Orçamento Rectificativo 2015 | S/V | B/S | T/P | K/M | K/D | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MEPCM-ZEESM - Programa de Investimento | | | 50.000,0 | | | **50.000,0** |
| Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL | | | 4.500,0 | | | **4.500,0** |
| DTG-Provisão para Operações de Estabilidade | | 2.000,0 | | | | **2.000,0** |
| Projecto de Comunidade | | | 1.697,0 | | | **1.697,0** |
| Celebração 500 Anos em Oecusse | | | 1.500,0 | | | **1.500,0** |
| Compra de equipamento médico para os hospitais | | | | 1.339,0 | | **1.339,0** |
| Gabinete do Ministro Planemento no Investimento Estratégico | 100,0 | 1.090,0 | | 130,0 | | **1.320,0** |
| Parcerias Público-Privadas e Empréstimos | | 1.070,0 | | 58,0 | | **1.128,0** |
| Restauro e manutenção do património turístico | | | | | 1.000,0 | **1.000,0** |
| Tratamentos no Estrangeiro, incluindo dos veterano | | | 800,0 | | | **800,0** |
| Programa Socialização Tasi Timor na Comunidade Australiana | | 750,0 | | | | **750,0** |
| Equipamento para impressão e laboratório | | | | 735,0 | | **735,0** |
| Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económicos | 168,0 | 482,0 | | 50,0 | | **700,0** |
| Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos de Administração de Estado e Justiça | 168,0 | 482,0 | | 50,0 | | **700,0** |
| Treinamento de Professores INFORDEPE | | 700,0 | | | | **700,0** |
| Governo Electrónico ITC (e-government) | | 150,0 | | 350,0 | | **500,0** |
| Comissão de Presidencia da CPLP | | 400,0 | | | | **400,0** |
| Comissão para Avaliação do Sector da Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis | | 400,0 | | | | **400,0** |
| Reforma Função Pública | | 300,0 | | | | **300,0** |
| Apoio Serviços Profissionais Gabinete PM | | 300,0 | | | | **300,0** |
| Provisão do Conselho de Veteranos | | 250,0 | | | | **250,0** |
| Programa Intercâmbio Veteranos Timor-Leste na Austrália | | 150,0 | | | | **150,0** |
| Conferência Internacional de Estatísticas | | 150,0 | | | | **150,0** |
| | **436,0** | **8.674,0** | **58.497,0** | **2.712,0** | **1.000,0** | **71.319,0** |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015*

As principais medidas do Orçamento Rectificativo 2015 são:

- 50 milhões de dólarespara o MEPCM como transferências para ARAEOA e ZEESM
- 4,5 milhões de dólares para a ACITIL com vista a continuar a provisão de apoio à desmobilização e modernização das forças armadas da Guiné-Bissau
- 2 milhões de dólares para DTG para gastos relacionados com operações que promovam estabilidade nacional

- 1,7 milhões e dólares para o Ministério de Educação para o Projecto de Comunidade, incluindo 300 mil dólares para o projecto piloto de dormitórios para estudantes do ensino secundário em areas remotas(Lospalos, Suaia, Manatuto/Natarbora e Ermera) e 953 mil dólares para a construção de 19 novas escola pré-escolares em 12 Municipalidades
- 1,5 milhõesde dólares para o MEPCM como transferências para ARAEOA e ZEESM para comemorar a celebração de 500 anos em Oecusse
- 1,3 milhões de dólares para a compra de equipamento médico para o Hospital de Baucau e outros centros hospitalares
- 1,3 milhões de dólares para o Ministério de Planeamento Estratégico, Planeamento e Investimentopara cobrir salários e financiar custos operacionais de serviços
- 1,1 milhões de dólares para o Ministério das Finanças (Parcerias Público-Privadas/Empréstimos) para cobrir salários e financiar custos operacionais de assistencia técnica
- 1 milhão de dólares para o Ministério do Turismo destinados à recuperação e manutenção de patrimómio turístico para preservação futura
- 0,8 milhões de dólares para o Ministério de Saúde para tratamentos médicos no estrangeiro. Esta medida inclui o pagamento de tratamentos médicos de veteranos no estrangeiro
- 0,75 milhões de dólares para o programa de socialização do Mar de Timor a comunidade Australiana
- 0,74 milhões de dólares para o Ministério da Educação, incluindo 410 mil dólares para a aquisição de máquinas para Centro de Impressão em Comoro e 325 mil dólares para a aquisição de equipamento informático de laboratório para o Ensino Vocacional
- 0,7milhões de dólares para o Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador de Assuntos Económicos para cobrir salários e financiar custos operacionais
- 0,7milhões de dólares para o Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador de Assuntos Administrativospara cobrir salários e financiar custos operacionais
- 0,7 milhões de dólares para material de preparação para o treinamento de professores INFORPEDE na UNTL
- 0,5 milhões de dólares para investir em ITC e E-governance
- 0,4 milhões de dólares para a Comissão da Presidência da CPLP (Gabinete do Primeiro Ministro) Presidency para financiar custos profissionais

- 0,4 milhões de dólares para a Comissãode Avaliação do Sector da Justiça e Reforma e Uniformização de Leis (Ministro do Estado para a Presidência do Conselho de Ministros) para assegurar padronização da interpretação das Leis em Timor-Leste
- 0,3 milhões de dólares para o GPM para reformar o service civil de forma a assegurar maior eficiênciae eficácia do serviço público
- 0,3 milhões de dólares para o GPM para provisão de serviços profissionais
- 0,25 milhões de dólarespara a DTG para cobrir custos operacionais do Conselho de Veteranos
- 0,15 milhões de dólares para a Embaixada da RDTL em Camberra (MNEC) para financiar actividades de intercâmbio entre veteranos Timorenses e Australianos
- 0,15 milhões de dólares para o Ministério das Finanças (Direção Geral de Estatística) para levar a cabo a Conferência Internacional de Estatísticas

#### 2.3.2.2 Fundo de Infra-estruturas

A tabela 2.3.2.2.1 mostra o orçamento por programa para o Fundo de Infra-estruturas em 2015. Houve uma redução de 50 milhões de dólares comparado com o Orçamento de Estado de 2015 original. Os três maiores programas são electricidade, estradas e Tasi Mane.

***Tabela 2.3.2.2.1 Orçamento do Fundo de Infra-estruturas por programa (milhões de dólares)***

| Programa | Orçamento final para 2015 (incluindo transporte) |
|---|---|
| Agricultura e Pescas | 7,2 |
| Água e Saneamento | 4,6 |
| Desenvolvimento Urbano e Rural | 9,6 |
| Edifícios Públicos | 8,7 |
| Sistemas Financeiros e Infra-estruturas de Apoio | 19,1 |
| Juventude e Desporto | 2,8 |
| Educação | 8,0 |
| Electricidade | 47,1 |
| Informática | 1,4 |
| Objectivos de Desenvolvimento do Milénio | 6,5 |
| Saúde | 4,0 |
| Defesa e Segurança | 11,1 |
| Solidariedade Social | - |
| Tasi Mane | 35,1 |
| Estradas | 44,8 |
| Pontes | 11,3 |
| Aeroportos | 14,0 |
| Portos | 3,9 |
| Programa de Desenvolvimento de Oecusse | - |
| Turismo | 1,0 |
| Preparação, Desenho e Supervisão de Novos Projectos | 7,2 |
| Transportes | - |
| Empréstimos | 70,0 |
| **Total** | **317,3** |

*Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos, 2015*

### 2.3.2.3 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

A tabela 2.3.2.3.1 mostra o orçamento para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano. Não se registam alterações comparativamente ao orçamento de estado original para 2015.

***Tabela 2.3.2.3.1 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (milhões de dólares)***

| Programa | Orçamento final para 2015 (incluindo transporte) |
|---|---|
| Formação Profissional | 10,1 |
| Formação Técnica | 3,8 |
| Bolsas de Estudo | 15,9 |
| Outros Tipos de Formação | 2,2 |
| Assistência Técnica para o Sector Judicial | 5,0 |
| Assistência Técnica para o Ensino Superior | 4,0 |
| **Total** | **41,1** |

*Fonte: Secretariado do FDCH, Ministério das Finanças, 2015*

# 2.4 Receitas e Investimentos

A tabela 2.4.1 mostra as previsões governamentais relativamente a receitas domésticas e petrolíferas. Prevê-se que o total das receitas caia em 2015 devido à diminuição das receitas petrolíferas. Esta diminuição das receitas petrolíferas é resultante da redução da produção do campo de Bayu-Undan, em virtude de este ter ultrapassado o seu pico de produção.

As projecções de receitas domésticas delineadas neste Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 são idênticas às que foram delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Estes valores não foram actualizados, uma vez que o Governo só recentemente apresentou o Orçamento do Estado para 2015 ao Parlamento e que não houve alterações substanciais nas condições económicas domésticas ou na política fiscal que justificassem a realização de novas projecções desde essa altura.

As projecções referentes à produção petrolífera são igualmente idênticas às que foram delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Contudo é também fornecida uma explicação detalhada sobre o impacto provável da recente queda do preço do petróleo nas receitas petrolíferas e no RSE.

***Tabela 2.4.1 Receitas (milhões de dólares)***

| | Concreto em 2013 | Orçamento para 2014 | Projecção para 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total das Receitas** | **4.057,8** | **2.684,1** | **2.460,5** | **2.360,4** | **2.270,0** | **2.041,8** | **1.935,6** |
| Receitas Domésticas | 151,1 | 166,1 | 170,4 | 182,0 | 193,7 | 205,6 | 217,7 |
| Receitas Petrolíferas | 3.906,7 | 2.518,0 | 2.290,1 | 2.178,4 | 2.076,3 | 1.836,2 | 1.717,9 |

*Fontes: Direcção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015*

## 2.4.1 Receitas Domésticas

A tabela 2.4.1.1 mostra as projecções governamentais relativamente a receitas domésticas. Estas projecções são idênticas às delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Deste modo a descrição e análise detalhadas das receitas domésticas contidas no Livro 1 do Orçamento do Estado original para 2015 continuam relevantes, pelo que esta secção contém apenas um resumo breve dessa análise.

O Governo está empenhado em aumentar a cobrança de receitas domésticas para que os serviços públicos passem a estar menos dependentes de financiamento a partir do Fundo Petrolífero. As receitas domésticas têm vindo a ter um crescimento forte ao longo dos últimos anos, sendo previsto que este crescimento se mantenha em 2015. O aumento na cobrança de

receitas domésticas em 2015 é ligeiramente inferior aos aumentos registados em anos anteriores, todavia isto não é resultado de menor actividade económica ou de alterações fiscais. Ao invés, esta redução prende-se com a diminuição das receitas com a venda de arroz e com a descida da inflação. A diminuição das receitas com a venda de arroz é esperada, uma vez que o Governo reduziu este programa. À excepção das receitas com a venda de arroz as receitas domésticas estão a ter um crescimento sólido e comparável com o registado nos últimos anos.

***Tabela 2.4.1.1 Projecções de Receitas Domésticas (milhões de dólares)***

| | Orçamento para 2014 | Orçamento original para 2015 | Alterações em 2015 devido à rectificação | Orçamento final para 2015 |
|---|---|---|---|---|
| **Total das Receitas Domésticas** | **166,1** | **170,4** | **0,0** | **170,4** |
| Impostos | 120,0 | 125,5 | 0,0 | 125,5 |
| Taxas e Pagamentos | 41,2 | 37,2 | 0,0 | 37,2 |
| Juros | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Agências Autónomas | 4,8 | 7,6 | 0,0 | 7,6 |

*Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015*

## 2.4.2 Receitas Petrolíferas

As receitas petrolíferas são influenciadas por três factores principais: o preço do petróleo, a produção e os custos. As projecções no Orçamento do Estado para 2015 mostram que as receitas petrolíferas totais provenientes dos campos de Bayu-Undan e de Kitan estão a descer, passando de 1,7 mil milhões de dólares em 2014 para 657,6 milhões em 2019. Embora o preço médio do petróleo em 2014 tenha sido inferior ao estimado, as receitas petrolíferas totais foram de 1,8 mil milhões de dólares, o que representa um aumento de 6,6 porcento comparativamente com o que havia sido previsto para 2014. No final de Janeiro de 2015 tinham sido recebidos 95 milhões de dólares.

O RSE só é actualizado uma vez por ano, como parte do processo do orçamento principal. As novas informações serão tidas em conta aquando do cálculo do RSE relativo ao Orçamento do Estado para 2016. A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que todos os pressupostos envolvidos no cálculo do RSE têm de ser prudentes, o que significa que é provável que os resultados concretos se revelem superiores aos resultados estimados.

***Tabela 2.4.2.1 Receitas petrolíferas provenientes dos campos de Bayu-Undan e de Kitan entre 2013 e 2019 (milhões de dólares)***

| | Concreto em 2014* | Orçamento para 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total das Receitas Petrolíferas** | **2.318,50** | **2.290,10** | **2.178,40** | **2.076,30** | **1.836,20** | **1.717,90** |
| Juros recebidos a partir do FP | 501,6 | 915,8 | 966,2 | 1.002,70 | 1.035,90 | 1.060,30 |
| **Total das Receitas Petrolíferas, Excluindo Juros** | **1.817,00** | **1.374,30** | **1.212,20** | **1.073,50** | **800,3** | **657,6** |
| PTP/Royalties do BU* | 137,7 | 108 | 98,7 | 81,8 | 68,4 | 56,8 |
| Lucro de Petróleo do BU | 901,4 | 652,3 | 589,7 | 533,4 | 371,6 | 295,1 |
| Imposto sobre Rendimentos do BU | 389,5 | 243,3 | 198 | 181,4 | 130,5 | 94,3 |
| Imposto sobre Lucros Adicionais do BU | 284,7 | 267,9 | 233,1 | 215,6 | 158,1 | 151,1 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU | 13,6 | 23,7 | 32,7 | 18,9 | 26 | 20,4 |
| Imposto sobre Vencimentos do BU | 20,9 | 11,3 | 15,4 | 8,7 | 11,7 | 9,1 |
| Pagamentos do Gasoduto do BU | 7,2 | 8,4 | 8,4 | 8,4 | 8,4 | 8,4 |
| Outros Pagamentos do BU | 0 | 38,3 | 25,4 | 25,4 | 25,4 | 22,4 |
| Imposto de Retenção do BU | 11,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Kitan | 50,1 | 21,1 | 10,7 | 0 | 0 | 0 |

*Fonte: Unidade de Administração do FP, ANP e Direcção Nacional do Petróleo e Receitas Minerais, Ministério das Finanças, 2015*

*Fluxo de caixa concreto para 2014 (não auditado). A partir de 2015 o Imposto de Retenção do BU passa a estar incluído no Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU.*BU: Bayu-Undan, incluindo pagamentos efectuados por subempreiteiros

### 2.4.2.1 Preços do petróleo

Tal como foi discutido nos documentos principais do orçamento, os preços petrolíferos são calculados com base em projecções da Administração de Informações sobre Energia (AIE). A AIE publica projecções dos preços petrolíferos a longo prazo duas vezes ao ano. No Orçamento do Estado para 2015 as estimativas de receitas petrolíferas assentam nas projecções de Maio de 2014, que colocaram o nível de referência do óleo de crude Brent nos107,9 dólares por barril em 2014 e nos 89,6 dólares por barril em 2015. O preço médio concreto do petróleo em 2014 foi inferior ao estimado, situando-se nos 98,9 dólares por barril, ao passo que o preço médio até à data em 2015 (Janeiro de 2015) é de47,9 dólares por barril. Este valor é muito inferior ao que tinha sido projectado anteriormente. Esta secção irá discutir o impacto da queda nos preços do petróleo.

### 2.4.2.2 Produção petrolífera

A projecção de produção de condensado e GPL (líquidos) relativamente ao campo de Bayu-Undan continua idêntica à apresentada no Orçamento do Estado para 2015. Foi previsto que a

produção iria cair ligeiramente em comparação com as projecções constantes do Orçamento do Estado para 2014. Só haverá novas informações sobre a produção em Junho de 2015, as quais serão incorporadas no Orçamento do Estado para 2016.

#### 2.4.2.3 Custos

Os custos estimados do projecto do campo de Bayu-Undan, tanto a montante como a jusante, são ligeiramente superiores ao que tinha sido previsto no Orçamento do Estado para 2015. Esta alteração resulta sobretudo das despesas de capital relacionadas com o programa de Manutenção da Integridade de Activos e com outras questões operacionais.

Tal como acontece em relação às projecções de produção, só haverá novas informações sobre custos em Junho de 2015. Estas informações serão então incorporadas no Orçamento do Estado para 2016.

## 2.4.3 Fundo Petrolífero

O Orçamento do Estado para 2015 projecta que o saldo do Fundo Petrolífero será de 16,6 mil milhões de dólares no final de 2014 e de 17,5 mil milhões no final de 2015. O BCTL reportou que o saldo do Fundo Petrolífero no final de 2014 atingiu os 16,5 mil milhões de dólares no seguimento da transferência para o Orçamento do Estado em 2014 de 732 milhões dos 902,9 milhões aprovados. Isto fica ligeiramente abaixo do previsto, em face de juros mais baixos gerados pelos investimentos do Fundo Petrolífero.

A tabela 2.4.3.1 apresenta o saldo futuro do Fundo Petrolífero, conforme projectado no Orçamento do Estado para2015.

***Tabela 2.4.3.1 Estimativa das poupanças do Fundo Petrolífero entre 2014 e 2019(milhões de dólares)***

| | Concreto em 2014* | Orçamento para 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo Inicial do FP** | **14.952,10** | **16.567,20** | **17.529,80** | **17.995,60** | **18.368,10** | **18.729,80** |
| Receitas Petrolíferas (excluindo Juros do FP) | 1.817,00 | 1.374,30 | 1.212,20 | 1.073,50 | 800,3 | 657,6 |
| Juros do FP, Líquidos | 501,6 | 915,8 | 966,2 | 1.002,70 | 1.035,90 | 1.060,30 |
| Total de Levantamentos | 732 | 1.327,50 | 1.712,60 | 1.703,80 | 1.474,60 | 1.376,90 |
| **Saldo Final do FP** | **16.538,60** | **17.529,80** | **17.995,60** | **18.368,10** | **18.729,80** | **19.070,80** |

*Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015*

***Nota: *Valores concretos não auditados. Os valores a partir do Orçamento para 2015 serão actualizados no Orçamento para 2016.***

### 2.4.3.1Retornos dos investimentos

O Orçamento de Estado para 2015 assume que o Fundo Petrolífero terá um retorno total de 5,7 porcento (nominal) em 2014 e 2015, o que se traduz em813,0 milhões de dólares e em 915,8 milhões respectivamente. Os pressupostos assentam em retornos médios a longo prazo, sendo que os retornos concretos num determinado ano podem afastar-se consideravelmente dos valores estimados. Segundo o relatório do BCTL sobre o 4.º trimestre de 2014 o retorno total do Fundo Petrolífero em 2014 foi de 3,3 porcento, o que se traduz num montante líquido de 501,6 milhões de dólares. As acções (40% da carteira) obtiveram um retorno de 5,2%, enquanto os títulos (60% da carteira) obtiveram 2,1%. Os movimentos cambiais reduziram os ganhos em 2014.

### 2.4.3.2Impacto da queda no preço do petróleo sobre as receitas futuras

Tal como foi discutido no Orçamento do Estado original para 2015, o objectivo do Governo consiste em preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como está previsto na Lei do FP. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e nos pareceres de peritos, cada elemento continua por inerência a estar sujeito a uma incerteza considerável.

A recente queda no preço de referência do petróleo em mais de 50 porcento irá por certo afectar as receitas do sector do petróleo e do gás nos próximos meses. Contudo, devido aos dados limitados relativamente a outros pressupostos, como por exemplo a produção e os custos, o cálculo do RSE total só será feito em Julho, na preparação do Orçamento do Estado para 2016.

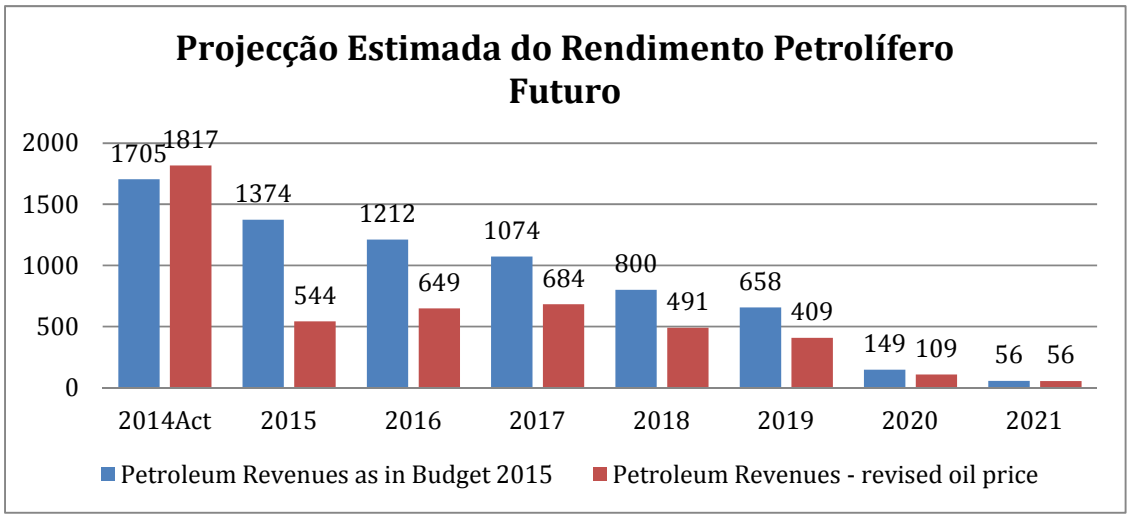
O Orçamento do Estado para 2015 estima que mais de 70 porcento da riqueza petrolífera, que inclui apenas receitas dos campos de Bayu-Undan e de Kitan, tenham sido extraídos e convertidos em activos financeiros. Isto significa que a queda no preço do petróleo irá afectar menos de 30 porcento da Riqueza Petrolífera.

**Figura2.4.3.2.1 Projecções do preço do petróleo Brent (dólares por barril)**

*Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015*

O Orçamento do Estado para 2015 utiliza as previsões sobre o preço do petróleo Brent desenvolvidas pela AIE em Maio de 2014. A AIE publica previsões semestrais sobre o preço do petróleo. Estas projecções foram feitas a partir das estimativas actualizadas da AIE para 2015 e 2016, juntamente com as estimativas anteriormente publicadas por esta agência relativamente a preços a longo prazo. Esta estimativa é considerada conservadora. A aplicação destas projecções reduz as receitas esperadas em 45 porcento, passando de 5.332,6 milhões de dólares para 2.940,9 milhões. Isto assume que os outros factores, como por exemplo a produção e os custos, permanecem inalterados. Importa aqui salientar a incerteza em torno das projecções do preço do petróleo, especialmente quando são feitas a mais longo prazo, tal como é necessário aqui. Para além disto, a AIE relata alguma insegurança e incerteza em relação às previsões a curto-prazo.

**Figura2.4.3.2.2 Alteração na projecção de receitas petrolíferas esperadas no futuro**




*Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015*

A análise preliminar indica que, à excepção de 2014, ano em que as receitas concretas foram de 1.816,9 milhões de dólares (7 porcento acima do previsto), as receitas estimadas para os anos restantes deverão descer, havendo uma queda significativa de cerca de 60 porcento em 2015.

Esta análise olhou apenas para a alteração num dos pressupostos: o preço do petróleo. Para entender melhor o impacto sobre as receitas petrolíferas futuras é necessário fazer mais análises e actualizar as informações referentes a produção, custos e outros pressupostos.

Tal como foi discutido anteriormente, os dados actuais mostram que mais de 70% da riqueza petrolífera dos campos de Bayu-Undan ede Kitan já foram convertidos em activos financeiros (o FP). Isto significa que daqui em diante o nível de levantamentos a partir do Fundo e o retorno dos seus investimentos serão os principais elementos que determinarão o saldo do Fundo.

# 2.5 Financiamento

A tabela 2.5.1 mostra o financiamento do presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015. Este orçamento rectificativo não propõe quaisquer alterações a nível de itens de financiamento. A questão principal a ter em conta é que o orçamento, caso seja executado na totalidade, irá requerer levantamentos excessivos de 689,0 milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero.

***Tabela 2.5.1 Financiamento (em milhões de dólares)***

| | Orçamento para 2014 | Orçamento original para 2015 incluindo Transportes | Alterações em 2015 devido à Rectificação | Orçamento Final para 2015 |
|---|---|---|---|---|
| **Total do Financiamento** | **1.334,0** | **1.399,6** | **0,0** | **1.399,6** |
| Rendimento Sustentável Estimado (RSE) | 632,3 | 638,5 | 0,0 | 638,5 |
| Levantamentos Excessivos a partir do FP | 270,6 | 689,0 | 0,0 | 689,0 |
| Saldo de Dinheiro | 400,0 | 2,1 | 0,0 | 2,1 |
| Empréstimos | 31,1 | 70,0 | 0,0 | 70,0 |

*Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015*

# Annex A
# Instituições Afectadas

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Orsamentu Redusaun** | **(2,528)** | **(23,115)** | **(12,261)** | **(728)** | **(52,500)** | **(91,132)** |
| **Sub-total Orsamentu Redusaun husi Instituições Afetado** | **(861)** | **(13,052)** | **(11,242)** | **-** | **(52,000)** | **(77,156)** |
| PNDS | - | - | (7,845) | - | - | **(7,845)** |
| Fundos Infraestruturas | - | - | - | - | (50,000) | **(50,000)** |
| Secretariado Grandes Projectos | - | (503) | - | - | - | **(503)** |
| A.D.N - Programa Rehabilitação Escola e Clinica | - | - | (3,000) | - | - | **(3,000)** |
| A.D.N - Programa Desenvolvimento Integrado Distrital | - | - | - | - | (2,000) | **(2,000)** |
| Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano | (63) | (28) | - | - | - | **(91)** |
| MAP-Gabinete Ministro Agricultura e Pescas | (33) | - | - | - | - | **(33)** |
| MAP-Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística | - | (17) | | | | **(17)** |
| MAP-Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola | | (865) | | | | **(865)** |
| Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Maritima | - | (160) | - | - | - | **(160)** |
| Gabinete Ministro Educação | (33) | - | - | - | - | **(33)** |
| Ministerio Educação-Direcção Nacioanl de Acção Social Escolar | | (2,161) | - | - | - | **(2,161)** |
| Ministerio Educação-Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar | | (2,144) | - | - | - | **(2,144)** |
| Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Mina ba EDTL) | | (2,000) | - | - | - | **(2,000)** |
| Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Secretário-Geral) | (700) | (300) | - | - | - | **(1,000)** |
| Gabinete Ministro Estatal | (33) | - | - | - | - | **(33)** |
| MT-Gabinete do Direcção-Geral da Administração e Finanças | - | (113) | - | - | - | **(113)** |
| SEPFOPE - Direcção Nacional de Emprego | - | - | (397) | - | - | **(397)** |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Dotações para todo o Governo-Reserva Contigencia | | (3,200) | - | - | - | **(3,200)** |
| Gabinete do Secretário de Estado Descentralização Administrativa | - | (1,523) | - | - | - | **(1,523)** |
| Comissão da Função Pública | - | (38) | - | - | - | **(38)** |
| **Sub-total Extintas** | **(1,666)** | **(10,063)** | **(1,019)** | **(728)** | **(500)** | **(13,976)** |
| **Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado** | **(136)** | **(819)** | **(1,019)** | **(84)** | **-** | **(2,058)** |
| Gabinete da Secretária de Estado | (136) | (819) | (1,019) | (84) | - | (2,058) |
| **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** | **(29)** | **(755)** | **-** | **-** | **-** | **(784)** |
| Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN | (29) | (755) | | | | (784) |
| **Ministério da Justiça** | **(59)** | **(44)** | **-** | **-** | **-** | **(104)** |
| Gabinete do Vice-Ministro | (59) | (44) | | | | (104) |
| **Ministério da Solidariedade Social** | **(120)** | **(273)** | **-** | **-** | **-** | **(393)** |
| Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional | (58) | (210) | | | | (268) |
| Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social | (61) | (63) | | | | (124) |
| **Ministério da Educação** | **(59)** | **(37)** | **-** | **-** | **-** | **(96)** |
| Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário | (59) | (37) | | | | (96) |
| **Ministério da Saúde** | **(58)** | **(136)** | **-** | **-** | **-** | **(195)** |
| Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços | (58) | (136) | | | | (195) |
| **Ministério da Administracao Estatal** | **(64)** | **(94)** | **-** | **-** | **-** | **(158)** |
| Gabinete do Secretario de Estado do Desenvolvimento Local | (64) | (94) | | | | (158) |
| **Ministério das Obras Públicas** | **(186)** | **(101)** | **-** | **-** | **-** | **(287)** |
| Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização | (60) | (24) | | | | (84) |
| Gabinete do Secretario de Estado da Electricidade | (63) | (41) | | | | (104) |
| Gabinete do Secretario de Estado Obras Públicas | (63) | (36) | | | | (99) |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ministério dos Transportes e Comunicações** | **(387)** | **(1,610)** | **-** | **(514)** | **(500)** | **(3,011)** |
| Gabinete do Ministro | (71) | (56) | | | | (128) |
| Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações | (64) | (64) | | | | (128) |
| Direcção-Geral dos Servicos Corporativos | (252) | (1,489) | - | (514) | (500) | (2,755) |
| **Ministério da Agricultura** | **(175)** | **(179)** | **-** | **-** | **-** | **(354)** |
| Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza | (61) | (60) | | | | (121) |
| Gabinete do Secretário de Estado das Pescas | (57) | (60) | | | | (117) |
| Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária | (57) | (59) | | | | (116) |
| **Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente** | **(177)** | **(304)** | **-** | **-** | **-** | **(482)** |
| Gabinete Secretário Estado do Comércio | (57) | (78) | | | | (135) |
| Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas | (60) | (78) | | | | (138) |
| Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente | (60) | (149) | | | | (209) |
| **Ministério da Defesa e Segurança** | **(191)** | **(5,028)** | **-** | **-** | **-** | **(5,219)** |
| Gabinete do Ministro | (69) | (4,423) | | | | (4,492) |
| Gabinete do Secretaria de Estado da Defesa | (57) | (548) | | | | (605) |
| Gabinete do Secretaria de Estado de Segurança | (65) | (57) | | | | (122) |
| **Primeiro-Ministro** | **(25)** | **(682)** | **-** | **(130)** | **-** | **(837)** |
| Agência Planeamento de Estratégico Investimento (APEI) | (25) | (682) | - | (130) | - | (837) |
| **Instituição Re-Alocação** | | | | | | |
| **Total Instituição Re-Alocação** | **1,063** | **22,583** | **59,913** | **5,317** | **2,256** | **91,132** |
| **Parlamento Nacional** | **-** | **196** | **-** | **166** | **9** | **370** |
| Parlamento Nacional | - | 61 | - | - | - | 61 |
| Gabinete do Presidente do Parlamento | - | 67 | - | - | - | 67 |
| Direcção de Administração | | 68 | | 166 | 9 | 243 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Primeiro-Ministro** | **-** | **870** | **-** | **1,490** | **-** | **2,360** |
| Gabinete do Primeiro-Ministro | - | 320 | - | 280 | - | 600 |
| Serviço Nacional de Inteligência (SNI) | - | - | - | 700 | - | 700 |
| Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Maritima | - | - | - | 160 | | 160 |
| Governo Electrónico ITC (*e-government*) | - | 150 | - | 350 | - | 500 |
| Comissão de Presidencia da CPLP | - | 400 | - | - | - | 400 |
| **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros** | **-** | **400** | **51,500** | **-** | **-** | **51,900** |
| Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM) | - | - | 51,500 | - | - | 51,500 |
| Comissão para Avaliação do Seitor Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis | - | 400 | - | - | - | 400 |
| **Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico** | **168** | **755** | **1,019** | **50** | **-** | **1,992** |
| Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico | 168 | 755 | 1,019 | 50 | - | 1,992 |
| **Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos da Administração do Estado e da Justiça** | **168** | **707** | **-** | **50** | **-** | **925** |
| Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos da Administração do Estado e da Justiça | 168 | 707 | - | 50 | - | 925 |
| **Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto** | **-** | **-** | **397** | **-** | **-** | **397** |
| Direcção Nacional da Educação Física e Desporto | - | - | 397 | - | - | 397 |
| **Ministério da Educação** | **-** | **432** | **1,697** | **735** | **747** | **3,611** |
| Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral | - | 6 | - | - | - | 6 |
| Direcção Nacional de Finanças e Logística | - | 350 | 1,697 | - | 747 | 2,794 |
| Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional | - | - | - | 325 | - | 325 |
| Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA) | - | 76 | - | - | - | 76 |
| Direcção Nacional Média Educativa e Centro de Impressão | - | - | - | 410 | - | 410 |
| **Ministério da Agricultura e Pescas** | **-** | **883** | **-** | **-** | **-** | 883 |
| Derecção-Geral das Florestas e Pescas | | 28 | | | | 28 |
| Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária | | 4 | | | | 4 |
| Direcção Nacional de Veterinária | | 21 | | | | 21 |
| Direccão Nacional de Agro-Comércio | | 28 | | | | 28 |
| Direcção Nacional da Administração e Finanças | | 78 | | | | 78 |
| Inspecção e Auditoria | | | | | | - |
| Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais | | 20 | | | - | 20 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola | | 37 | - | - | - | 37 |
| Direcção Nacional de Plantas, Indústria e do Café | | 600 | | - | - | 600 |
| Direcção Nacional de Florestas e Gestão Bacias Hidrográficas | | 7 | | - | - | 7 |
| Direcção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água | | 34 | | - | - | 34 |
| Direcção Nacional de Pecuária | | 26 | | - | - | 26 |
| **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** | **-** | **912** | **4,500** | **-** | **-** | **5,412** |
| Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN | - | 12 | - | - | - | 12 |
| Embaixada - Canberra | - | 900 | - | - | - | 900 |
| Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL | - | - | 4,500 | - | - | 4,500 |
| **Dotações para todo o Governo** | **-** | **8,470** | **-** | **58** | **-** | **8,528** |
| Provisão para Serviços Legais | - | 5,000 | - | - | - | 5,000 |
| Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística | - | 150 | - | - | - | 150 |
| Parcerias Pública Privadas e Empréstimos | | 1,070 | | 58 | | 1,128 |
| Provisão do Conselho de Veteranos | - | 250 | - | - | - | 250 |
| Provisão para Operações de Estabilidade | | 2,000 | | - | | 2,000 |
| **Ministério da Justiça** | **-** | **2** | **-** | **200** | **-** | **202** |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | | 2 | | | | 2 |
| Polícia Científica de Investigação Criminal | - | - | - | 200 | - | 200 |
| **Ministério da Saúde** | **-** | **-** | **800** | **1,339** | **-** | **2,139** |
| Direcção Nacional de Serviços Hospitalares | | | 800 | 1,200 | | 2,000 |
| Hospital Referência de Baucau | | | - | 139 | | 139 |
| **Ministério da Estatal** | **64** | **1,656** | **-** | **-** | **-** | **1,720** |
| Gabinete do Vice Ministro Estatal | - | 1,523 | - | | | 1,523 |
| Gabinete do Secretário de Estado Descentralização Administrativa | 64 | 94 | | | | 158 |
| Instituto Nacional de Administração Pública | - | 38 | - | - | - | 38 |
| **Ministério da Solidariedade Social** | **-** | **2** | **-** | **-** | **-** | **2** |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | | 2 | | | | 2 |
| **Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente** | **-** | **163** | **-** | **-** | **-** | **163** |
| Direcção-Geral Administração e das Finanças | | 163 | | | | 163 |
| **Ministério do Turismo, Arte e Cultura** | **-** | **113** | **-** | **-** | **1,000** | **1,113** |
| Direcção Nacional do Patriomónio Cultural | | 113 | | | 1,000 | 1,113 |
| **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** | **378** | **1,568** | **-** | **1,099** | **500** | **3,545** |
| Gabinete do Vice Ministro I | 63 | 41 | - | - | - | 104 |
| Gabinete do Vice Ministro II | 63 | 36 | - | - | - | 99 |
| Direccao-Geral dos Serviços Corporativos (Aumentu husi Orsamentu DGSC MTC Exklui ANC) | 252 | 526 | - | 593 | 500 | 1,871 |
| Direccao-Geral dos Serviços Corporativos (Aumentu husi Orsamentu ANC MTC) | - | 965 | - | 506 | - | 1,471 |
| **Ministério de Defesa** | **57** | **2,279** | **-** | **-** | **-** | **2,336** |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Gabinete do Ministro | 57 | 2,279 | | | | 2,336 |
| **Ministério do Interior** | **65** | **1,357** | **-** | **-** | **-** | **1,422** |
| Gabinete do Ministro | 65 | 1,357 | | | | 1,422 |
| **Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico** | **163** | **1,118** | **-** | **130** | **-** | **1,411** |
| Gabinete do Ministro | 100 | 1,090 | - | 130 | - | 1,320 |
| Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano | 63 | 28 | - | - | - | 91 |
| **Universidade Nasional Timor Leste (UNTL)** | **-** | **700** | **-** | **-** | **-** | **700** |
| Universidade Nasional Timor Leste | - | 700 | - | - | - | 700 |

# Parte 3: Lei do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

**VI Governo Constitucional**

## DECRETO Nº 14/III
## Primeira Alteração à Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2015

Altera-se, pela presente lei, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, aprovado pela Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, na parte relativa às tabelas dos Anexos II, III e IV, permanecendo os Anexos I e V intocados.

No Anexo II alteram-se as dotações orçamentais, que passam a ficar sistematizadas da seguinte forma:

1. 177,538 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. 515,724milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. 454,452 milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. 31,004 milhões de dólares para Capital Menor;
5. 391,283 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

No Anexo III altera-se o total da estimativa das despesas para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM), a qual passa a ser de 133,430milhões de dólares a serem financiados através de dotação do OGE.

No Anexo IV altera-se o total da estimativa das despesas para o Fundo das Infraestruturas, a qual passa a ser de 317,301 milhões de dólares, incluindo empréstimos, e de 247,301 milhões de dólares, excluindo empréstimos.

A presente alteração visa refletir a nova estrutura orgânica do VI Governo Constitucional e implementar uma política orçamental que permita melhorar a formulação de políticas públicas e da sua implementação por todo o Governo, fortalecer o planeamento a longo prazo e eliminar gastos de funcionamento através da redução dos membros do Governo, em relação ao Governo anterior, de 55 para 38, transferindo estas verbas para gastos com

maior retorno, quer em investimento público, quer em novas medidas a levar a cabo, quer ainda no reforço das verbas afetas a atividades já previstas, dar continuidade, desta forma, a um crescimento económico sustentável e de elevada qualidade, reduzir a pobreza e prestar serviços aos cidadãos com ganhos de eficácia e eficiência.

O total estimado das despesas do OGE mantém-se inalterado, sendo de 1.570,000 milhões de dólares.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo 1.º**
**Alteração à Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro**

1. É alterada Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2015, na parte relativa às tabelas constantes dos Anexos II, III e IV.
2. A alteração referida no número anterior consta das tabelas dos Anexos II, III e IV à presente lei, que substituem as tabelas dos Anexos II, III e IV da Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro.
3. O artigo 9.º da Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 9.º
Dotações para todo o Governo

(...):

a) (…);
b) (…);
c) (…);
d) (…);
e) (…);
f) (…);
g) (…);
h) (…);
i) *revogado*;
j) *revogado*;
k) (…);
l) *revogado*;
m) (…);
n) (…);
o) (…);
p) (…);
q) (…);
r) (…);
s) (…);
t) (…);
u) (…);
v) Provisão para o Conselho de Veteranos;
w) Parcerias Público-Privadas e Empréstimos;
x) Provisão para Operações de Estabilidade."

**Artigo 2.º**
**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 17 de Fevereiro de 2015.

Aprovada em 7 de abril de 2015.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

Promulgada em

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

## ANEXO II
## Dotações Orçamentais para 2015 (US $'000)

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Despesas Incluindo Empréstimo** | **177,538** | **515,724** | **454,452** | **31,004** | **391,283** | **1,570,000** |
| **Total Despesas Orçamento Geral Estado** | **177,538** | **515,724** | **454,452** | **31,004** | **321,283** | **1,500,000** |
| **Excluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimo** | **175,880** | **469,656** | **454,452** | **30,959** | **73,981** | **1,204,929** |
| **Incluindo Serviços e Fundos Autónomos** | **177,538** | **474,640** | **454,452** | **31,004** | **73,981** | **1,211,615** |
| **Total Serviços e Fundos Autónomos** | **1,658** | **4,984** | **-** | **45** | **-** | **6,686** |
| **Total Fundos Especiais** | **-** | **41,084** | **-** | **-** | **247,301** | **288,385** |
| **Fundos Especiais - Nova Dotação** | **-** | **38,984** | **-** | **-** | **247,301** | **286,285** |
| **Fundos Especiais - Saldo Transitado 2014** | **-** | **2,100** | **-** | **-** | **-** | **2,100** |
| **Total Empréstimo** | **-** | **-** | **-** | **-** | **70,000** | **70,000** |
| **Empréstimo - Nova Dotação** | **-** | **-** | **-** | **-** | **58,900** | **58,900** |
| **Empréstimo - Saldo Transitado 2014** | **-** | **-** | **-** | **-** | **11,100** | **11,100** |
| **Total Instituições Extintas** | **66** | **207** | **-** | **-** | **-** | **273** |
| **Presidência da República** | **848** | **7,360** | **-** | **407** | **200** | **8,815** |
| Gabinete da Presidente da República | - | 750 | - | - | - | 750 |
| Casa Civil | 812 | 5,024 | - | 278 | 200 | 6,314 |
| Casa Militar | 36 | 879 | - | 100 | - | 1,014 |
| Secretariado Técnica Post CAVR | - | 708 | - | 30 | - | 737 |
| **Parlamento Nacional** | **4,490** | **8,705** | **930** | **1,441** | **155** | **15,720** |
| Parlamento Nacional | 3,347 | 2,173 | - | 16 | - | 5,536 |
| Gabinete do Presidente do Parlamento | 73 | 639 | - | - | - | 712 |
| Bancadas Parlamentares | - | - | 930 | - | - | 930 |
| Gabinete do Secretário-Geral do Parlamento | - | 113 | - | - | - | 113 |
| Comissão A | - | 272 | - | - | - | 272 |
| Comissão B | - | 117 | - | - | - | 117 |
| Comissão C | - | 243 | - | - | - | 243 |
| Comissão D | - | 176 | - | - | - | 176 |
| Comissão E | - | 225 | - | - | - | 225 |
| Comissão F | - | 254 | - | - | - | 254 |
| Comissão G | - | 60 | - | - | - | 60 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Conselho de Fiscalização Sistema Nacional Inteligência de Timor-Leste (CFSNI-TL) | - | 200 | - | 2 | - | 202 |
| Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero | - | 370 | - | 9 | - | 379 |
| Grupo Mulheres Parlamentares de Timor Leste | - | 125 | - | - | - | 125 |
| Direcção de Administração | 1,070 | 2,998 | - | 474 | 155 | 4,697 |
| Direcção de Apoio Parlamentar | - | 464 | - | - | - | 464 |
| Direcção de Pesquisa e Informação Técnica | - | 163 | - | - | - | 163 |
| Divisão de Tecnologia de Informação Comunicação | - | 113 | - | 940 | - | 1,053 |
| **Primeiro-Ministro** | **524** | **6,040** | **14,474** | **2,471** | **-** | **23,508** |
| Gabinete do Primeiro-Ministro | 84 | 320 | - | 280 | - | 684 |
| Secretariado do Primeiro-Ministro | 24 | 1,562 | - | - | - | 1,586 |
| Direcção-Geral | 10 | 21 | - | - | - | 31 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 104 | 1,047 | - | 69 | - | 1,220 |
| Direcção Nacional de Recursos Humanos | 54 | 64 | - | - | - | 118 |
| Residência Oficial do Primeiro-Ministro | - | 66 | - | - | - | 66 |
| Serviço Nacional de Inteligência (SNI) | 225 | 1,764 | - | 1,612 | - | 3,601 |
| Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas | - | 340 | - | 160 | - | 500 |
| Governo Electrónico ITC (*e-government*) | - | 150 | - | 350 | - | 500 |
| Gabinete de Apoio à Sociedade Civil | 23 | 306 | 14,474 | - | - | 14,803 |
| Comissão de Presidência da CPLP | - | 400 | - | - | - | 400 |
| **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros** | **341** | **3,921** | **133,430** | **-** | **-** | **137,692** |
| Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros | 77 | 708 | - | - | - | 785 |
| Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros | 153 | 1,398 | - | - | - | 1,551 |
| Direcção Nacional dos Serviços de Tradução | 59 | 226 | - | - | - | 285 |
| Unidade de Apoio Jurídico | 36 | 533 | - | - | - | 569 |
| Centro de Formação e Técnica de Comunicação | 6 | 218 | - | - | - | 224 |
| Gabinete do Director-Geral | 10 | 93 | - | - | - | 103 |
| Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM) | - | - | 133,430 | - | - | 133,430 |
| Gabinete Porta-Voz do Governo | - | 345 | - | - | - | 345 |
| Comissão para Avaliação do Sector Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis | - | 400 | - | - | - | 400 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Secretaria de Estado do Conselho de Ministros** | **151** | **900** | **-** | **2,596** | **-** | **3,647** |
| Gabinete do Secretário de Estado | 65 | 652 | - | 146 | - | 863 |
| Gráfica Nacional | 86 | 248 | - | 2,450 | - | 2,784 |
| **Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares** | **88** | **93** | **-** | **-** | **-** | **181** |
| Gabinete da Secretária de Estado | 88 | 93 | - | - | - | 181 |
| **Secretaria de Estado da Comunicação Social** | **247** | **874** | **500** | **350** | **-** | **1,971** |
| Gabinete do Secretário de Estado | 78 | 342 | 160 | - | - | 579 |
| Direcção de Disseminação de Informação | 96 | 314 | 130 | 128 | - | 668 |
| Centro de Rádio Comunitárias | 61 | 177 | 210 | 206 | - | 654 |
| Direcção Nacional Administração e Finanças | 12 | 41 | - | 16 | - | 70 |
| **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais** | **208** | **989** | **700** | **45** | **-** | **1,942** |
| Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais | 178 | 886 | 700 | 45 | - | 1,809 |
| Comissão Nacional dos Direitos das Crianças | 30 | 103 | - | - | - | 133 |
| **Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Sócio-Económica da Mulher** | **274** | **1,735** | **200** | **93** | **-** | **2,302** |
| Gabinete da Secretária de Estado | 65 | 238 | - | - | - | 303 |
| Direcção-Geral | 51 | 137 | - | - | - | 188 |
| Direcção Nacional da Administração, Logística e Finanças | 52 | 967 | - | 93 | - | 1,112 |
| Direcção Nacional de Política e Desenvolvimento do Genéro | 92 | 376 | 200 | - | - | 668 |
| Inspector e Auditor | 14 | 17 | - | - | - | 31 |
| **Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto** | **481** | **1,029** | **6,897** | **56** | **595** | **9,058** |
| Gabinete do Secretário de Estado | 65 | 264 | 1,020 | - | - | 1,349 |
| Direcção-Geral | 10 | 17 | - | - | - | 27 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 174 | 620 | - | 56 | 595 | 1,445 |
| Direcção Nacional da Juventude | 43 | 10 | 703 | - | - | 756 |
| Direcção Nacional da Educação Física e Desporto | 47 | 22 | 4,114 | - | - | 4,183 |
| Direcção Nacional da Política do Desenvolvimento | 36 | 16 | 413 | - | - | 465 |
| Direcção Nacional de Comunicação | 48 | 49 | 305 | - | - | 402 |
| Direcção Nacional de Arte | 31 | 9 | 342 | - | - | 382 |
| Gabinete de Inspecção e Auditoria Interna | 27 | 22 | - | - | - | 49 |
| **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos** | **601** | **2,967** | **1,513** | **175** | **-** | **5,256** |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos | 168 | 755 | 1,019 | 50 | - | 1,992 |
| Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial | 427 | 546 | - | 10 | - | 983 |
| Agência Especializada de Investimento | 6 | 565 | 494 | 34 | - | 1,098 |
| Serviço de Registo e Verificação Empresarial | - | 1,102 | - | 81 | - | 1,183 |
| **Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego** | **1,420** | **2,844** | **10,206** | **439** | **464** | **15,373** |
| Gabinete do Secretário de Estado | 69 | 278 | - | - | - | 347 |
| Inspecção-Geral do Trabalho | 189 | 181 | - | - | - | 370 |
| Direcção-Geral | 120 | 51 | - | - | - | 171 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 247 | 1,111 | - | - | - | 1,358 |
| Direcção Nacional do Aprovisionamento | 21 | 32 | - | 54 | 464 | 571 |
| Direcção Nacional da Condição do Trabalho | 34 | 63 | - | - | - | 97 |
| Direcção Nacional da Prevenção de Risco Profissional | 28 | 56 | - | - | - | 84 |
| Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego | 28 | 35 | - | - | - | 63 |
| Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social | 24 | 33 | - | - | - | 57 |
| Direcção Nacional da Formação Profissional | 114 | 71 | - | - | - | 185 |
| Direcção Nacional de Emprego | 101 | 589 | 10,196 | 385 | - | 11,271 |
| Direcção Nacional das Relações de Trabalho | 82 | 64 | 10 | - | - | 156 |
| Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho | 41 | 29 | - | - | - | 70 |
| Gabinete de Assistência Jurídica | 8 | 24 | - | - | - | 32 |
| Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra | 19 | 66 | - | - | - | 85 |
| Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional | 10 | 21 | - | - | - | 31 |
| Adido do Trabalho na Correia do Sul | 204 | 73 | - | - | - | 277 |
| Centro de Formação SENAI | 81 | 68 | - | - | - | 149 |
| **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça** | **461** | **1,402** | **-** | **94** | **-** | **1,957** |
| Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador do Assuntos da Administração do Estado e Justiça | 168 | 707 | - | 50 | - | 925 |
| Gabinete da Inspecção-Geral (GIG) | 293 | 695 | - | 44 | - | 1,032 |
| **Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional** | **114** | **931** | **500** | **42** | **-** | **1,587** |
| Gabinete do Secretário de Estado | 114 | 931 | 500 | 42 | - | 1,587 |
| **Ministério da Educação** | **56,531** | **36,916** | **7,997** | **820** | **747** | **103,011** |
| Gabinete do Ministro | 42 | 81 | - | - | - | 123 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Gabinete do Vice-Ministro I | 65 | 36 | - | - | - | 101 |
| Gabinete do Vice-Ministro II | 65 | 36 | - | - | - | 101 |
| Instituto Nacional Ciências Tecnologia | 27 | 27 | - | - | - | 54 |
| Gabinete do Inspector-Geral | 124 | 59 | - | - | - | 183 |
| Gabinete da Média Educativa e Serviço Técnico Especial | 30 | 27 | - | - | - | 57 |
| Direcção-Geral dos Serviços Corporativos | 64 | 52 | - | - | - | 116 |
| Direcção-Geral do Ensino Superior | 31 | 80 | - | - | - | 111 |
| Direcção Nacional de Finanças e Logística | 303 | 8,431 | 1,697 | 85 | 747 | 11,262 |
| Direcção Nacional dos Recursos Humanos | 9,981 | 209 | - | - | - | 10,189 |
| Direcção Nacional de Aprovisionamento | 43 | 144 | - | - | - | 187 |
| Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário | 612 | 561 | 1,750 | - | - | 2,923 |
| Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico | 65 | 141 | - | - | - | 206 |
| Direcção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias | 39 | 71 | - | - | - | 110 |
| Direcção Nacional de Acção Social Escolar | 103 | 10,986 | 2,709 | - | - | 13,798 |
| Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar | 78 | 4,795 | - | - | - | 4,873 |
| Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar | 1,299 | 150 | 72 | - | - | 1,521 |
| Direcção Nacional do Ensino Básico | 33,441 | 3,117 | 521 | - | - | 37,079 |
| Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral | 4,649 | 524 | 151 | - | - | 5,324 |
| Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional | 1,192 | 962 | 1,097 | 325 | - | 3,576 |
| Direcção Nacional do Ensino Recorrente | 196 | 1,177 | - | - | - | 1,373 |
| Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE) | 1,369 | 2,898 | - | - | - | 4,267 |
| Serviços Distritais de Educação de Díli | 401 | 44 | - | - | - | 445 |
| Serviços Distritais de Educação de Baucau | 189 | 56 | - | - | - | 245 |
| Serviços Distritais de Educação de Aileu | 171 | 52 | - | - | - | 223 |
| Serviços Distritais de Educação de Ainaro | 208 | 47 | - | - | - | 255 |
| Serviços Distritais de Educação de Bobonaro | 259 | 59 | - | - | - | 318 |
| Serviços Distritais de Educação de Ermera | 177 | 66 | - | - | - | 243 |
| Serviços Distritais de Educação de Lautém | 169 | 66 | - | - | - | 235 |
| Serviços Distritais de Educação de Liquiçá | 174 | 52 | - | - | - | 226 |
| Serviços Distritais de Educação de Manatuto | 146 | 54 | - | - | - | 200 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Serviços Distritais de Educação de Manufahi | 193 | 58 | - | - | - | 251 |
| Serviços Distritais de Educação de Covalima | 224 | 61 | - | - | - | 285 |
| Serviços Distritais de Educação de Viqueque | 170 | 63 | - | - | - | 233 |
| Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA) | 21 | 205 | - | - | - | 226 |
| Direcção-Geral Pré-Escolar e Ensino Básico | 26 | 27 | - | - | - | 53 |
| Direcção-Geral Ensino Secundário | 21 | 78 | - | - | - | 99 |
| Direcção Nacional da Biblioteca Escolar | 34 | 45 | - | - | - | 79 |
| Direcção Nacional de Média Educativa e Centro de Impressão | 65 | 441 | - | 410 | - | 916 |
| Direcção Nacional do Currículo do Ensino Superior | 66 | 523 | - | - | - | 589 |
| Unidade de Infra-estruturas | - | 360 | - | - | - | 360 |
| **Ministério da Agricultura e Pescas** | **6,019** | **16,241** | **750** | **498** | **3,749** | **27,257** |
| Gabinete do Ministro | 45 | 70 | - | - | - | 115 |
| Gabinete do Vice-Ministro | 65 | 65 | - | - | - | 130 |
| Direcção-Geral das Florestas e Pescas | 29 | 53 | - | - | - | 82 |
| Direcção Nacional da Conservação da Natureza | - | 201 | - | - | - | 201 |
| Direcção Nacional de Gestão Recursos Aquáticos e Inspecção das Pescas | 153 | 116 | - | - | - | 269 |
| Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária | 29 | 29 | - | - | - | 58 |
| Direcção Nacional de Veterinária | - | 423 | - | 48 | - | 471 |
| Direcção-Geral dos Serviços Corporativos | 29 | 25 | - | - | - | 54 |
| Direcção Nacional de Recursos Humanos | 97 | 154 | - | - | - | 251 |
| Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística | 154 | 488 | - | - | - | 642 |
| Direcção Nacional de Agro-Comércio | 73 | 146 | - | - | - | 219 |
| Direcção Nacional da Administração e Finanças | 306 | 646 | - | 127 | - | 1,079 |
| Inspecção e Auditoria | 33 | 25 | - | - | - | 58 |
| Gabinete do Jurídico | 21 | 10 | - | - | - | 31 |
| Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais | 210 | 401 | - | - | - | 611 |
| Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança | 244 | 176 | - | - | - | 420 |
| Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola | 557 | 378 | - | 23 | - | 958 |
| Direcção Nacional de Política e Planeamento | 82 | 138 | - | - | - | 220 |
| Direcção Nacional Agricultura e Horticultura | 205 | 4,975 | - | - | 2,000 | 7,180 |
| Direcção Nacional de Plantas, Indústria e do Café | 126 | 1,040 | - | - | - | 1,166 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação | 50 | 1,042 | - | - | - | 1,092 |
| Direcção Nacional de Florestas e Gestão das Bacias Hidrográficas | 257 | 261 | - | - | - | 518 |
| Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água | 121 | 602 | - | - | 1,749 | 2,472 |
| Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura | 253 | 586 | - | 300 | - | 1,139 |
| Direcção Nacional de Pecuária | 299 | 1,157 | - | - | - | 1,456 |
| Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola | 139 | 1,951 | 750 | - | - | 2,840 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Aileu | 109 | 61 | - | - | - | 170 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro | 153 | 77 | - | - | - | 230 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Baucau | 272 | 100 | - | - | - | 372 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro | 308 | 121 | - | - | - | 429 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Covalima | 258 | 107 | - | - | - | 365 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Ermera | 165 | 68 | - | - | - | 233 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Liquiçá | 163 | 77 | - | - | - | 240 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Lautém | 260 | 105 | - | - | - | 365 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto | 165 | 99 | - | - | - | 264 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi | 252 | 105 | - | - | - | 357 |
| Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque | 281 | 113 | - | - | - | 394 |
| Direcção dos Serviços de Agricultura do Distrito de Díli | 56 | 50 | - | - | - | 106 |
| **Ministério da Administração Estatal** | **4,919** | **10,792** | **7,043** | **921** | **-** | **23,675** |
| Gabinete do Ministro | 44 | 88 | - | - | - | 132 |
| Gabinete do Vice-Ministro | 64 | 1,618 | - | - | - | 1,682 |
| Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização Administrativa | 64 | 94 | - | - | - | 158 |
| Direcção-Geral da Descentralização Administrativa | 20 | 31 | - | - | - | 51 |
| Direcção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais | 43 | 35 | - | - | - | 78 |
| Gabinete do Inspector-Geral | 61 | 50 | - | - | - | 111 |
| Direcção-Geral | 14 | 72 | - | - | - | 86 |
| Direcção Nacional da Administração e Finanças | 78 | 3,883 | - | 921 | - | 4,882 |
| Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa | 51 | 51 | - | - | - | 102 |
| Unidade de Aprovisionamento | 21 | 38 | - | - | - | 59 |
| Direcção Nacional de Gestão e Recursos Humanos | 50 | 40 | - | - | - | 90 |
| Direcção Nacional de Protocolo e Comunicação Social (DNPCS) | 47 | 51 | - | - | - | 98 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direcção Nacional de Logística e Informática | 65 | 121 | - | - | - | 186 |
| Arquivo Nacional | 132 | 83 | - | - | - | 215 |
| Secretariado Técnico da Administração Eleitoral | 342 | 1,777 | - | - | - | 2,119 |
| Direcção Nacional do Desenvolvimento Local | 77 | 91 | - | - | - | 168 |
| Direcção-Geral do Desenvolvimento | 20 | 30 | - | - | - | 50 |
| Direcção Nacional de Apoio à Administração de Sucos | 52 | 100 | - | - | - | 152 |
| Direcção Nacional da Administração Local | 170 | 39 | - | - | - | 209 |
| Administração do Distrito de Díli | 777 | 1,186 | 991 | - | - | 2,954 |
| Administração do Distrito de Baucau | 143 | 112 | 904 | - | - | 1,159 |
| Administração do Distrito de Aileu | 342 | 99 | 451 | - | - | 892 |
| Administração do Distrito de Ainaro | 130 | 98 | 369 | - | - | 597 |
| Administração do Distrito de Bobonaro | 146 | 113 | 687 | - | - | 946 |
| Administração do Distrito de Ermera | 380 | 106 | 836 | - | - | 1,322 |
| Administração do Distrito de Lautém | 144 | 106 | 499 | - | - | 749 |
| Administração do Distrito de Liquiçá | 328 | 93 | 388 | - | - | 809 |
| Administração do Distrito de Manatuto | 147 | 111 | 379 | - | - | 637 |
| Administração do Distrito do Manufahi | 129 | 105 | 440 | - | - | 674 |
| Administração do Distrito de Covalima | 182 | 119 | 464 | - | - | 765 |
| Administração do Distrito de Viqueque | 140 | 106 | 637 | - | - | 883 |
| Instituto Nacional de Administração Pública | 319 | 122 | - | - | - | 441 |
| Comissão Instaladora dos Municípios | 197 | 25 | - | - | - | 222 |
| **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** | **12,709** | **14,832** | **4,500** | **376** | **-** | **32,417** |
| Gabinete do Ministro | 41 | 807 | - | - | - | 848 |
| Gabinete de Inspecção-Geral e Auditoria | - | 200 | - | - | - | 200 |
| Instituto Diplomático | - | 76 | - | - | - | 76 |
| Gabinete do Autorizador Nacional-NAO | - | 77 | - | - | - | 77 |
| Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL | - | 232 | 4,500 | - | - | 4,732 |
| Gabinete do Vice-Ministro | 33 | 226 | - | 1 | - | 260 |
| Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN | - | 147 | - | - | - | 147 |
| Secretária-Geral | 12,635 | 3,575 | - | 67 | - | 16,277 |
| Desvalorização do Dólar | - | 346 | - | - | - | 346 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Celebração dos Dias Nacionais | - | 120 | - | - | - | 120 |
| Direcção-Geral Protocolo | - | 60 | - | - | - | 60 |
| Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Pacífico | - | 536 | - | 33 | - | 569 |
| Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da América, Europa e África | - | 101 | - | - | - | 101 |
| Direcção-Geral para os Assuntos Multilaterais | - | 125 | - | - | - | 125 |
| Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Timorenses | - | 205 | - | - | - | 205 |
| Missão Permanente em Nova Iorque | - | 430 | - | - | - | 430 |
| Embaixada – Lisboa | - | 285 | - | - | - | 285 |
| Embaixada – Jacarta | - | 226 | - | - | - | 226 |
| Consulado – Denpasar | - | 135 | - | - | - | 135 |
| Consulado – Kupang | - | 36 | - | - | - | 36 |
| Embaixada – Washington | - | 460 | - | - | - | 460 |
| Embaixada – Canberra | - | 1,114 | - | - | - | 1,114 |
| Consulado – Sidney | - | 86 | - | - | - | 86 |
| Consulado – Darwin | - | 176 | - | - | - | 176 |
| Embaixada - Kuala Lumpur | - | 223 | - | - | - | 223 |
| Embaixada – Bruxelas | - | 328 | - | 1 | - | 329 |
| Embaixada – Banguecoque | - | 120 | - | 1 | - | 121 |
| Embaixada – Tóquio | - | 399 | - | - | - | 399 |
| Embaixada – Pequim | - | 229 | - | - | - | 229 |
| Embaixada – Maputo | - | 183 | - | 1 | - | 184 |
| Embaixada – Havana | - | 140 | - | - | - | 140 |
| Embaixada – Manila | - | 132 | - | - | - | 132 |
| Embaixada – Genebra | - | 291 | - | 1 | - | 292 |
| Embaixada - Santa Sé | - | 213 | - | - | - | 213 |
| Embaixada – Brasília | - | 187 | - | 67 | - | 254 |
| Embaixada – Seul | - | 369 | - | - | - | 369 |
| Missão Permanente - CPLP/UNESCO | - | 221 | - | 1 | - | 222 |
| Embaixada Pretória | - | 176 | - | 65 | - | 241 |
| Embaixada – Luanda | - | 216 | - | 65 | - | 281 |
| Embaixada Singapura | - | 403 | - | - | - | 403 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Embaixada – Hanói | - | 156 | - | - | - | 156 |
| Agente Consulado Atambua | - | 47 | - | - | - | 47 |
| Embaixada-Londres | - | 347 | - | - | - | 347 |
| Embaixada - Wellington | - | 210 | - | 73 | - | 283 |
| Embaixada - Vienciana | - | 105 | - | - | - | 105 |
| Embaixada –Naypyidaw | - | 113 | - | - | - | 113 |
| Embaixada –Phnom Penh | - | 106 | - | - | - | 106 |
| Embaixada –Bandar Seri Begawan | - | 137 | - | - | - | 137 |
| **Ministério das Finanças** | **4,029** | **13,580** | **-** | **-** | **-** | **17,609** |
| Gabinetes da Ministra e do Vice-Ministro | 155 | - | - | - | - | 155 |
| Direcção-Geral dos Serviços Corporativos | 1,444 | 13,580 | - | - | - | 15,024 |
| Direcção-Geral de Finanças do Estado | 374 | - | - | - | - | 374 |
| Direcção-Geral do Tesouro | 291 | - | - | - | - | 291 |
| Direcção-Geral de Impostos | 338 | - | - | - | - | 338 |
| Direcção-Geral das Alfândegas | 672 | - | - | - | - | 672 |
| Direcção-Geral de Estatística | 615 | - | - | - | - | 615 |
| Unidades Orgânicas do Ministério | 142 | - | - | - | - | 142 |
| **Dotações para todo o Governo** | **-** | **68,948** | **23,341** | **1,086** | **-** | **93,374** |
| Fundos de Contrapartidas | - | 5,500 | - | - | - | 5,500 |
| Auditoria Externa | - | 3,000 | - | - | - | 3,000 |
| Reserva de Contingência | - | 15,735 | - | - | - | 15,735 |
| Quotas de Membro de Instituições Internacionais | - | 3,655 | - | - | - | 3,655 |
| Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania | - | - | 5,991 | - | - | 5,991 |
| Serviços dos Postos Integrados na Fronteira | - | 806 | - | 39 | - | 845 |
| Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social | - | - | 200 | - | - | 200 |
| Provisão para g7+ | - | - | 2,500 | - | - | 2,500 |
| Provisão para Serviços Legais | - | 24,500 | - | - | - | 24,500 |
| Presidência da CPLP | - | 3,500 | - | - | - | 3,500 |
| Contribuição Financeira | - | - | 4,000 | - | - | 4,000 |
| Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística | - | 4,638 | - | 509 | - | 5,147 |
| Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos | - | 400 | - | - | - | 400 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Reforma Fiscal e Macroeconómica | - | 3,200 | - | - | - | 3,200 |
| Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste | - | - | 10,000 | - | - | 10,000 |
| Provisão de Fundos para a Casa de Saber | - | - | 150 | - | - | 150 |
| Provisão para o Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz | - | - | 500 | - | - | 500 |
| Provisão do Conselho de Veteranos | - | 250 | - | - | - | 250 |
| Parcerias Público Privadas e Empréstimos | - | 1,070 | - | 58 | - | 1,128 |
| Provisão para Operações de Estabilidade | - | 2,000 | - | - | - | 2,000 |
| Provisão para a Oficina de Manutenção de Veículos do Governo | - | 695 | - | 479 | - | 1,174 |
| **Ministério da Justiça** | **4,189** | **19,663** | **450** | **626** | **1,350** | **26,278** |
| Gabinete do Ministro | 78 | 52 | - | - | - | 130 |
| Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades | 63 | 39 | - | - | - | 102 |
| Direcção-Geral | 40 | 197 | - | - | - | 237 |
| Gabinete de Inspecção e Auditoria | 69 | 85 | - | 4 | - | 158 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 224 | 15,669 | - | 12 | - | 15,904 |
| Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação | 97 | 60 | - | - | - | 157 |
| Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania | 92 | 92 | - | 47 | - | 231 |
| Direcção Nacional dos Registos e do Notariado | 525 | 1,477 | - | 7 | 150 | 2,159 |
| Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social | 734 | 957 | - | 132 | 700 | 2,523 |
| Centro de Formação Jurídica | 92 | 85 | - | - | - | 177 |
| Defensoria Pública | 673 | 214 | - | 175 | 500 | 1,562 |
| Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais | 504 | 681 | 450 | 13 | - | 1,648 |
| Polícia Científica de Investigação Criminal | 998 | 55 | - | 237 | - | 1,289 |
| **Ministério da Saúde Incluindo Serviços e Fundos Autónomos** | **26,407** | **27,621** | **10,772** | **2,593** | **-** | **67,393** |
| **Ministério da Saúde Excluindo Serviços e Fundos Autónomos** | **26,180** | **27,258** | **10,772** | **2,548** | **-** | **66,758** |
| Gabinete da Ministra | 121 | 767 | - | - | - | 888 |
| Gabinete da Vice-Ministra | 64 | 147 | - | - | - | 211 |
| Gabinete de Inspecção, Fiscalização e Auditoria | 116 | 111 | - | 15 | - | 242 |
| Direcção-Geral | 128 | 257 | - | 15 | - | 400 |
| Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos | 1,515 | 1,787 | 4,250 | 15 | - | 7,567 |
| Direcção Nacional de Gestão das Finanças e Aprovisionamento | 253 | 935 | 50 | 132 | - | 1,370 |
| Direcção Nacional de Saúde Pública | 533 | 1,386 | 177 | 15 | - | 2,111 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direcção Nacional da Política Planeamento e Cooperação | 162 | 143 | 995 | 15 | - | 1,315 |
| Direcção Nacional de Serviços Hospitalares | 279 | 11,047 | 5,100 | 1,215 | - | 17,641 |
| Laboratório Nacional | 276 | 265 | - | 15 | - | 556 |
| Hospital Nacional Guido Valadares | 3,716 | 2,992 | - | 360 | - | 7,068 |
| Hospital Referência de Baucau | 1,189 | 1,126 | - | 325 | - | 2,640 |
| Hospital Referência de Maliana | 744 | 739 | - | 186 | - | 1,669 |
| Hospital Referência de Maubisse | 632 | 634 | - | 15 | - | 1,281 |
| Hospital Referência de Suai | 627 | 640 | - | 15 | - | 1,282 |
| Serviços Distritais de Saúde de Aileu | 1,000 | 264 | - | 15 | - | 1,279 |
| Serviços Distritais de Saúde de Ainaro | 904 | 270 | - | 15 | - | 1,189 |
| Serviços Distritais de Saúde de Baucau | 1,748 | 245 | - | 15 | - | 2,008 |
| Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro | 1,240 | 302 | - | 15 | - | 1,557 |
| Serviços Distritais de Saúde de Covalima | 1,121 | 227 | - | 15 | - | 1,363 |
| Serviços Distritais de Saúde de Díli | 2,415 | 581 | - | 15 | - | 3,011 |
| Serviços Distritais de Saúde de Ermera | 1,237 | 359 | - | 15 | - | 1,611 |
| Serviços Distritais de Saúde de Lautém | 1,168 | 349 | - | 15 | - | 1,532 |
| Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá | 990 | 213 | - | 15 | - | 1,218 |
| Serviços Distritais de Saúde de Manatuto | 1,243 | 402 | - | 15 | - | 1,660 |
| Serviços Distritais de Saúde de Manufahi | 1,020 | 300 | - | 15 | - | 1,335 |
| Instituto de Ciências da Saúde | 250 | 297 | - | 15 | - | 562 |
| Serviços Distritais de Saúde de Viqueque | 1,424 | 386 | - | 15 | - | 1,825 |
| Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade | 65 | 88 | 200 | 15 | - | 368 |
| SAMES (Serviço e Fundo Autónomo) | 227 | 363 | - | 45 | - | 635 |
| **Ministério da Solidariedade Social** | **1,647** | **12,476** | **178,620** | **298** | **3,552** | **196,593** |
| Gabinete da Ministra | 78 | 149 | 500 | - | - | 727 |
| Gabinete do Vice-Ministro | 66 | 117 | - | - | - | 183 |
| Direcção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social | 96 | 652 | 34,920 | - | - | 35,668 |
| Direcção Nacional de Regime Contributivo da Segurança Social | 50 | 462 | 1,002 | - | - | 1,514 |
| Inspecção e Auditoria Interna | 40 | 104 | - | - | - | 144 |
| Direcção-Geral | 47 | 400 | - | - | - | 446 |
| Centro Regional de Solidariedade Social de Díli | 43 | 73 | - | - | - | 116 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau | 106 | 141 | - | - | - | 247 |
| Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro | 99 | 105 | - | - | - | 204 |
| Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera | 76 | 76 | - | - | - | 152 |
| Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto | 44 | 51 | - | - | - | 95 |
| Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi | 69 | 83 | - | - | - | 151 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 156 | 810 | - | 298 | 780 | 2,044 |
| Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos | 85 | 1,018 | - | - | - | 1,103 |
| Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional | 137 | 4,873 | 129,447 | - | 2,772 | 137,229 |
| Direcção Nacional da Assistência Social | 165 | 1,142 | 860 | - | - | 2,166 |
| Direcção Nacional de Reinserção Social | 134 | 462 | 10,892 | - | - | 11,488 |
| Direcção Nacional de Gestão de Desastres | 136 | 1,112 | 1,000 | - | - | 2,248 |
| Centro Nacional de Reabilitação | 21 | 647 | - | - | - | 668 |
| **Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente** | **2,128** | **14,382** | **4,800** | **308** | **-** | **21,619** |
| Gabinete do Ministro | 77 | 289 | - | - | - | 365 |
| Gabinete do Vice-Ministro | 65 | 100 | - | - | - | 165 |
| Gabinete de Auditoria Interna | 41 | 47 | - | - | - | 88 |
| Gabinete Jurídico | 14 | 275 | - | - | - | 289 |
| Direcção-Geral Administração e das Finanças | 506 | 3,967 | 2,630 | 308 | - | 7,411 |
| Direcção-Geral do Comércio | 587 | 1,511 | 250 | - | - | 2,348 |
| Direcção-Geral da Indústria e Cooperativas | 312 | 1,483 | 1,600 | - | - | 3,395 |
| Direcção-Geral do Ambiente | 374 | 1,130 | 270 | - | - | 1,774 |
| Inspecção Alimentar e Económico | 93 | 302 | 50 | - | - | 445 |
| Fundo Segurança Alimentar | 60 | 5,280 | - | - | - | 5,340 |
| **Ministério do Turismo, Arte e Cultura** | **857** | **5,930** | **1,000** | **109** | **1,768** | **9,664** |
| Gabinete do Ministro | 75 | 317 | - | - | - | 392 |
| Gabinete de Inspecção e Auditoria Interna | 34 | 30 | - | - | - | 64 |
| Gabinete do Secretária de Estado da Arte e Cultura | 63 | 93 | - | - | - | 156 |
| Direcção-Geral do Turismo | 55 | 86 | - | - | - | 141 |
| Direcção Regional de Turismo I (Distrito de Díli) | - | 30 | - | - | - | 30 |
| Direcção Regional de Turismo II (Distrito de Baucau) | - | 30 | - | - | - | 30 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direcção Regional de Turismo III (Distrito de Ainaro) | - | 30 | - | - | - | 30 |
| Direcção Regional de Turismo IV (Distrito de Ermera) | - | 30 | - | - | - | 30 |
| Direcção-Geral da Cultura | 73 | 287 | - | - | - | 360 |
| Inspecção-Geral de Jogos | 66 | 65 | - | - | - | 131 |
| Direcção Nacional da Biblioteca | 49 | 32 | - | - | - | 81 |
| Direcção Nacional do Património Cultural | 53 | 230 | - | - | 1,000 | 1,283 |
| Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais | 40 | 46 | - | - | - | 86 |
| Direcção Nacional da Promoção do Turismo | 35 | 79 | - | - | - | 114 |
| Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico | 29 | 97 | - | - | 768 | 894 |
| Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos | 39 | 837 | - | - | - | 876 |
| Direcção Nacional dos Museus | 48 | 35 | - | - | - | 83 |
| Academia de Arte e Indústria Criativas Culturais | - | 346 | - | - | - | 346 |
| Gabinete da Direcção-Geral de Administração e Finanças | 42 | 2,371 | 1,000 | - | - | 3,413 |
| Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos | 31 | 73 | - | - | - | 104 |
| Direcção Nacional de Gestão Financeira | 34 | 75 | - | 109 | - | 218 |
| Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística | 47 | 582 | - | - | - | 629 |
| Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento | 44 | 29 | - | - | - | 73 |
| Centro de Convenções de Díli -CCD | - | 100 | - | - | - | 100 |
| **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos** | **6,821** | **128,519** | **1,330** | **4,731** | **23,821** | **165,222** |
| **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos** | **5,391** | **123,898** | **1,330** | **4,731** | **23,821** | **159,171** |
| Gabinete do Ministro | 77 | 793 | - | - | - | 870 |
| Gabinete do Vice-Ministro I | 63 | 41 | - | - | - | 104 |
| Gabinete do Vice-Ministro II | 63 | 36 | - | - | - | 99 |
| Direcção-Geral dos Serviços Corporativos | 566 | 2,945 | 1,330 | 4,068 | 21,607 | 30,516 |
| Direcção-Geral das Obras Públicas | 1,092 | 497 | - | - | - | 1,589 |
| Direcção-Geral da Eletricidade | 1,771 | 115,937 | - | - | - | 117,708 |
| Direcção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização | 980 | 2,070 | - | - | - | 3,050 |
| Instituto Público Gestão Equipamento (Serviço e Fundo Autónomo) | 889 | 1,668 | - | - | - | 2,557 |
| Direcção-Geral dos Transportes e Comunicações | 716 | 1,553 | - | 663 | 2,214 | 5,146 |
| Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL) | 63 | 26 | - | - | - | 89 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (Serviço e Fundo Autónomo) | 374 | 551 | - | - | - | 925 |
| Autoridade Portuária de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo) | 167 | 2,402 | - | - | - | 2,569 |
| **Ministério do Petróleo e Recursos Minerais** | **251** | **2,146** | **11,500** | **9** | **-** | **13,906** |
| Gabinete do Ministro | 62 | 585 | - | - | - | 647 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 136 | 879 | 11,500 | 9 | - | 12,524 |
| Secretariado TL- EITI | 4 | 465 | - | - | - | 469 |
| Direcção Nacional de Minerais | 49 | 217 | - | - | - | 266 |
| **Ministério da Defesa Incluindo F-FDTL e IDN** | **9,096** | **19,191** | **-** | **1,606** | **654** | **30,546** |
| **Ministério da Defesa Excluindo F-FDTL e IDN** | **1,048** | **6,556** | **-** | **1,404** | **654** | **9,662** |
| Gabinete do Ministro | 57 | 2,279 | - | - | - | 2,336 |
| Direcção-Geral | 14 | 49 | - | - | - | 63 |
| Gabinete de Inspecção e Auditoria | 27 | 52 | - | - | - | 79 |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 32 | 565 | - | - | - | 596 |
| Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional | 832 | 499 | - | 4 | - | 1,335 |
| Direcção Nacional de Aprovisionamento | 33 | 2,949 | - | 1,400 | 654 | 5,036 |
| Direcção Nacional do Património | 29 | 111 | - | - | - | 140 |
| Direcção Nacional de Recursos Humanos | 24 | 54 | - | - | - | 78 |
| **FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste** | **7,903** | **11,830** | **-** | **160** | **-** | **19,893** |
| FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste | - | 10,387 | - | 160 | - | 10,547 |
| Quartel Geral das F-FDTL | 7,903 | 1,443 | - | - | - | 9,346 |
| **Instituto de Defesa Nacional** | **145** | **805** | **-** | **42** | **-** | **992** |
| Instituto de Defesa Nacional | 145 | 805 | - | 42 | - | 992 |
| **Ministério do Interior Incluindo PNTL** | **17,430** | **19,722** | **-** | **2,440** | **662** | **40,254** |
| **Ministério do Interior Excluindo PNTL** | **4,037** | **6,326** | **-** | **1,406** | **522** | **12,291** |
| Gabinete do Ministro | 65 | 1,357 | - | - | - | 1,422 |
| Direcção-Geral | 66 | 141 | - | - | - | 207 |
| Gabinete de Inspecção e Auditoria | 52 | 28 | - | - | - | 80 |
| Direcção Nacional de Administração | 130 | 684 | - | 1,000 | 122 | 1,936 |
| Direcção Nacional de Finanças | 58 | 20 | - | - | - | 78 |
| Direcção Nacional de Protecção Civil | 1,226 | 631 | - | 406 | 400 | 2,664 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos | 1,822 | 2,281 | - | - | - | 4,103 |
| Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários | 115 | 258 | - | - | - | 373 |
| Direcção Nacional de Aprovisionamento | 74 | 35 | - | - | - | 109 |
| Serviços de Migração-Civil | 429 | 890 | - | - | - | 1,319 |
| **Polícia Nacional de Timor-Leste** | **13,393** | **13,396** | **-** | **1,034** | **140** | **27,963** |
| Direcção Nacional de Administração e Finanças | 13,393 | 4,631 | - | 663 | 140 | 18,827 |
| Unidade Especial da Polícia | - | 2,275 | - | - | - | 2,275 |
| Unidade de Patrulhamento das Fronteiras | - | 1,286 | - | 122 | - | 1,408 |
| Unidade Marítima | - | 1,034 | - | 1 | - | 1,035 |
| Comando Nacional de Operações | - | 1,101 | - | 157 | - | 1,258 |
| Centro da Formação da Polícia | - | 1,240 | - | 91 | - | 1,331 |
| Região I | - | 751 | - | - | - | 751 |
| Região II | - | 500 | - | - | - | 500 |
| Região III | - | 474 | - | - | - | 474 |
| Região Oe-Cusse | - | 104 | - | - | - | 104 |
| **Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico** | **1,669** | **10,131** | **27,000** | **4,875** | **32,844** | **76,519** |
| Gabinete do Ministro | 100 | 1,090 | - | 130 | - | 1,320 |
| Agência do Desenvolvimento Nacional (ADN) | - | 2,430 | 17,000 | 4,586 | 32,844 | 56,860 |
| Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) | - | 3,668 | - | 101 | - | 3,769 |
| Secretariado dos Grandes Projectos | - | 1,352 | - | 40 | - | 1,392 |
| Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS) | 1,506 | 663 | 10,000 | - | - | 12,169 |
| Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado | - | 900 | - | 18 | - | 918 |
| Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano | 63 | 28 | - | - | - | 91 |
| **Tribunais** | **1,534** | **1,717** | **-** | **440** | **1,919** | **5,610** |
| Conselho Superior da Magistratura Judicial | 31 | 7 | - | - | - | 38 |
| Tribunal de Recurso | 1,162 | 1,499 | - | 440 | 1,919 | 5,020 |
| Tribunais Distritais | 341 | 212 | - | - | - | 553 |
| **Procuradoria-Geral da República** | **1,423** | **1,162** | **-** | **136** | **501** | **3,221** |
| Procuradoria-Geral da República | 1,020 | 1,089 | - | 136 | 501 | 2,746 |
| Procuradoria Distrital de Baucau | 190 | 30 | - | - | - | 219 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Procuradoria Distrital de Suai | 135 | 26 | - | - | - | 161 |
| Procuradoria Distrital de Oe-Cusse | 78 | 18 | - | - | - | 96 |
| **Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça** | **520** | **781** | **-** | **110** | **-** | **1,411** |
| Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça | 399 | 692 | - | 110 | - | 1,201 |
| Direções Direitos Humanos e Boa Governação | 121 | 89 | - | - | - | 210 |
| **RTTL, E.P.** | **734** | **1,117** | **-** | **267** | **300** | **2,417** |
| Direcção de Informação | 235 | 68 | - | - | - | 303 |
| Direcção de Administração e Finanças | 151 | 922 | - | 60 | 300 | 1,432 |
| Direcção de Programação | 149 | 70 | - | 96 | - | 314 |
| Direcção de Apoio Técnico | 200 | 56 | - | 111 | - | 367 |
| **Comissão Nacional de Eleições** | **542** | **2,185** | **6,000** | **37** | **-** | **8,764** |
| Comissão Nacional de Eleições | 542 | 2,185 | 6,000 | 37 | - | 8,764 |
| **Comissão Anti-Corrupção** | **388** | **929** | **-** | **276** | **-** | **1,593** |
| Comissão Anti-Corrupção | 388 | 929 | - | 276 | - | 1,593 |
| **Comissão da Função Pública** | **684** | **2,026** | **-** | **60** | **-** | **2,770** |
| Comissão da Função Pública | 684 | 2,026 | - | 60 | - | 2,770 |
| **Universidade Nacional Timor Lorosa'e** | **6,697** | **3,640** | **-** | **174** | **700** | **11,211** |
| Universidade Nacional Timor Lorosa'e | 6,697 | 3,640 | - | 174 | 700 | 11,211 |
| **Total Instituições Extintas** | **66** | **207** | **-** | **-** | **-** | **273** |
| **Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado** | **3** | **96** | **-** | **-** | **-** | **99** |
| Gabinete da Secretária de Estado | 3 | 96 | - | - | - | 99 |
| **Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN | - | - | - | - | - | - |
| **Ministério da Justiça** | **6** | **2** | **-** | **-** | **-** | **7** |
| Gabinete do Vice-Ministro | 6 | 2 | - | - | - | 7 |
| **Ministério da Solidariedade Social** | **7** | **13** | **-** | **-** | **-** | **20** |
| Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional | 5 | 13 | - | - | - | 18 |
| Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social | 1 | - | - | - | - | 1 |
| **Ministério da Educação** | **6** | **2** | **-** | **-** | **-** | **8** |
| Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário | 6 | 2 | - | - | - | 8 |

| | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências | Capital Menor | Capital Desenvolvimento | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ministério da Saúde** | **6** | **3** | **-** | **-** | **-** | **8** |
| Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços | 6 | 3 | - | - | - | 8 |
| **Ministério da Administração Estatal** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Local | - | - | - | - | - | - |
| **Ministério das Obras Públicas** | **3** | **1** | **-** | **-** | **-** | **4** |
| Gabinete do Secretário de Estado da Água, Saneamento e Urbanização | 3 | 1 | - | - | - | 4 |
| Gabinete do Secretário de Estado da Electricidade | - | - | - | - | - | - |
| Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas | - | - | - | - | - | - |
| **Ministério dos Transportes e Comunicações** | **7** | **4** | **-** | **-** | **-** | **11** |
| Gabinete do Ministro | 2 | 2 | - | - | - | 3 |
| Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações | 5 | 3 | - | - | - | 8 |
| Direcção-Geral dos Serviços Corporativos | - | - | - | - | - | - |
| **Ministério da Agricultura** | **14** | **1** | **-** | **-** | **-** | **15** |
| Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Gabinete do Secretário de Estado das Pescas | 6 | - | - | - | - | 6 |
| Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária | 6 | 1 | - | - | - | 7 |
| **Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente** | **12** | **1** | **-** | **-** | **-** | **12** |
| Gabinete Secretário Estado do Comércio | 6 | 1 | - | - | - | 6 |
| Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas | 3 | - | - | - | - | 3 |
| Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente | 3 | - | - | - | - | 3 |
| **Ministério da Defesa e Segurança** | **3** | **84** | **-** | **-** | **-** | **87** |
| Gabinete do Ministro | 3 | 84 | - | - | - | 87 |
| Gabinete da Secretaria de Estado da Defesa | - | - | - | - | - | - |
| Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança | - | - | - | - | - | - |
| **Primeiro-Ministro** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Agência Planeamento de Estratégico Investimento (APEI) | - | - | - | - | - | - |

## ANEXO III

**Tabela I**

**Serviços e Fundos Autónomos Parcialmente Financiados por Receitas Próprias dentro do Orçamento Geral do Estado**

| | | Despesas | Receitas Próprias | Dotação do OGE |
|---|---|---|---|---|
| **ANATL** | | | | |
| Salários e Vencimentos | | 374 | | |
| Bens e Serviços | | 551 | | |
| Transferências Públicas | | - | | |
| Capital Menor | | - | | |
| Capital de Desenvolvimento | | - | | |
| **Total** | | **925** | **2,077** | **(1,153)** |
| **APORTIL (Inc. Berlin Nakroma)** | | | | |
| Salários e Vencimentos | | 167 | | |
| Bens e Serviços | | 2,402 | | |
| Transferências Públicas | | - | | |
| Capital Menor | | - | | |
| Capital de Desenvolvimento | | - | | |
| **Total** | | **2,569** | **5,392** | **(2,823)** |
| **IGE** | | | | |
| Salários e Vencimentos | | 889 | | |
| Bens e Serviços | | 1,668 | | |
| Transferências Públicas | | - | | |
| Capital Menor | | - | | |
| Capital de Desenvolvimento | | - | | |
| **Total** | | **2,557** | **134** | **2,423** |
| **SAMES** | | | | |
| Salários e Vencimentos | | 227 | | |
| Bens e Serviços | | 363 | | |
| Transferências Públicas | | - | | |
| Capital Menor | | 45 | | |
| Capital de Desenvolvimento | | - | | |
| **Total** | | **635** | **1** | **634** |
| **Total Serviços e Fundos Autónomos** | **6,686** | | **7,604** | **(918)** |

**Tabela II**

**Serviços e Fundos Autónomos Parcialmente Financiados por Receitas Próprias dentro do Orçamento Geral do Estado**

| | Despesas | Receitas Próprias | Dotação do OGE |
|---|---|---|---|
| **ARAEOA e ZEESM** | | | |
| **Total** | **133,430** | **-** | **133,430** |

## ANEXO IV
## Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo das Infraestruturas (US$'000)

| Nome do Programa / Subprograma | Despesas financiadas por saldo transitado de 2014 | Salários e Vencimentos | Bens e Serviços | Transferências Públicas | Capital Menor | Capital Desenvol-vimento (reforço em 2015) | Total das Despesas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Incluindo Empréstimos** | **11,100** | **-** | **-** | **-** | **-** | **306,201** | **317,301** |
| **Total Excluindo Empréstimos** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **247,301** | **247,301** |
| **Total Empréstimos** | **11,100** | **-** | **-** | **-** | **-** | **58,900** | **70,000** |
| Programa de Agricultura e Pescas | - | - | - | - | - | 7,236 | 7,236 |
| Programa de Água e Saneamento | - | - | - | - | - | 4,598 | 4,598 |
| Programa Desenvolvimento Urbano e Rural | - | - | - | - | - | 9,595 | 9,595 |
| Programa de Edifícios Públicos | - | - | - | - | - | 8,713 | 8,713 |
| Programa de Sistema Financeiro e Suporte de Infraestruturas | - | - | - | - | - | 19,135 | 19,135 |
| Programa do Sector Juventude e Desporto | - | - | - | - | - | 2,750 | 2,750 |
| Programa do Sector Educação | - | - | - | - | - | 7,962 | 7,962 |
| Programa de Eletricidade | - | - | - | - | - | 47,128 | 47,128 |
| Programa Informática | - | - | - | - | - | 1,400 | 1,400 |
| Objectivo Desenvolvimento Milénio | - | - | - | - | - | 6,500 | 6,500 |
| Programa do Sector Saúde | - | - | - | - | - | 3,996 | 3,996 |
| Programa de Defesa e Segurança | - | - | - | - | - | 11,046 | 11,046 |
| Sub Programa Segurança | - | - | - | - | - | 7,389 | 7,389 |
| Sub Programa Defesa | - | - | - | - | - | 3,657 | 3,657 |
| Programa de Solidariedade Social | - | - | - | - | - | - | - |
| Programa de Desenvolvimento Tasi Mane | - | - | - | - | - | 35,081 | 35,081 |
| Programa das Estradas | - | - | - | - | - | 44,800 | 44,800 |
| Programa de Pontes | - | - | - | - | - | 11,317 | 11,317 |
| Programa de Aeroportos | - | - | - | - | - | 14,000 | 14,000 |
| Programa de Portos | - | - | - | - | - | 3,855 | 3,855 |
| Programa de Desenvolvimento da Região de Oe-Cusse | - | - | - | - | - | - | - |
| Programa do Sector Turismo | - | - | - | - | - | 1,000 | 1,000 |
| Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projectos | - | - | - | - | - | 7,189 | 7,189 |
| Programa de Transportes | - | - | - | - | - | - | - |
| **Programa de Empréstimos** | **11,100** | **-** | **-** | **-** | **-** | **58,900** | **70,000** |

# Parte 4: Documentação Adicional de Apoio

## 4.1 Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero

O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 não aumenta o montante global de despesas nem requer o levantamento de montantes adicionais a partir do Fundo Petrolífero para lá dos já aprovados pelo Parlamento Nacional na Lei do Orçamento de Estado original para 2015. Assim sendo a justificação detalhada para os Levantamentos Excessivos contida na Lei do Orçamento de Estado original para 2015 continua relevante, pelo que não é necessário repeti-la aqui.

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste**

**Phone - +670 3339510  Fax - +670 3331204**

**Website - www.mof.gov.tl**